



Indicadores Sociais do CEARÁ 2019

IPECE INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Secretário Executivo de Gestão

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Luciana de Oliveira Rodrigues

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

Indicadores Sociais do Ceará – 2019

Unidade Responsável:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Elaboração:

Luciana de Oliveira Rodrigues (DISOC)

Jimmy Lima de Oliveira (Analista de Políticas Públicas)

Raquel da Silva Sales (Assessora Técnica)

Thaís França Badagnan (Colaboradora da DISOC – Pesquisadora do CAPP)

Victor Hugo de Oliveira (Analista de Políticas Públicas)

Vitor Hugo Miro Couto Silva (Colaborador da DISOC – Pesquisador do CAPP)

Colaboração:

Rayén Heredia Peñalosa (Técnica)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

Visão: Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) -
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -
Cambeba | Cep: 60.822-325 |
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521

Sobre os Indicadores Sociais do Ceará

A Série **Indicadores Sociais do Ceará** do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) tem como objetivo contribuir para uma adequada análise das condições sociais em que se encontra a população do Estado, enfatizando os desafios que ainda restam ser enfrentados pelo Estado, bem como as grandes conquistas que por ele já foram alcançadas. O presente documento é de suma importância para o Ceará. Não apenas como informativo para a população em geral, como também para formuladores de políticas públicas.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE - 2021

Indicadores Sociais do Ceará / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: IPECE, 2021

ISSN: 1983-4934

1 - Estatística - indicadores sociais. 2- Ceará.

Nesta Edição

É com satisfação que o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE oferece à sociedade cearense, os Indicadores Sociais do estado com a série de dados atualizada para ano de 2019.

A presente edição do documento foi um produto do trabalho realizado pela Equipe da Diretoria de Estudos Sociais com apoio dos pesquisadores do Centro de Análise de Dados e Avaliação de Políticas Públicas – CAPP, onde foram realizadas análises de indicadores utilizando como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC e seus Suplemento.

A primeira parte do estudo consiste em um breve resumo de 26 indicadores, onde são apresentadas comparações do panorama do Ceará em relação ao Nordeste e o Brasil. Além disto, também são feitas análises das taxas de variações destes mesmos (a nível estadual, regional e nacional) a curto prazo, isto é, comparando o ano de 2019 a 2018, e a longo prazo, comparando o ano de 2019 ao início da série em 2012.

Quanto à segunda parte, são realizadas análises mais específicas de cada área, dentre as quais encontram-se: Demografia, Condições dos Domicílios, Educação, Mercado de Trabalho e Pobreza e Desigualdade. Estas análises temáticas dos indicadores delimitam-se ao período de 2012 (ano no qual teve início a PNADC) a 2019, quando disponíveis, quando não, como no caso de Educação e Condições de Domicílios, somente de 2016 a 2019.

Só lembrando que todos os indicadores aqui apresentados fazem parte do contexto social do estado do Ceará, Nordeste e Brasil no período pré-pandemia, que teve início em março de 2020 no Brasil.

Destarte, nosso objetivo é produzir estudos que venha a contribuir para o melhor discernimento do diagnóstico das necessidades primordiais do estado do Ceará, bem como das principais transformações socioeconômicas verificadas ao longo dos últimos anos em comparação com o Nordeste e o Brasil.

SUMÁRIO

PARTE I - RESUMO DOS INDICADORES	4
PARTE II - ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES	13
1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	14
1.1 População total e taxa de urbanização	14
1.2 Distribuição da população por sexo e faixa etária	15
1.3 Esperança de vida e taxa de mortalidade infantil	17
1.4 Razão dependência	19
1.5 Cor ou raça declarada	20
2. DOMICÍLIOS	22
2.1 Condições da habitação	22
2.1.1 Número de Domicílios e de Moradores	22
2.1.2 Tipo do Domicílio	23
2.1.3 Condição de ocupação	23
2.1.4 Material da parede, Telhado e Piso	25
2.2 Serviços básicos	26
2.3 Posse de bens e serviços	29
2.3.1 Geladeira e Máquina de lavar	30
2.3.2 Automóvel e Moto	31
3. EDUCAÇÃO	33
3.1 Analfabetismo	33
3.2. Escolaridade média	36
3.3. Taxa de escolarização	40
4. MERCADO DE TRABALHO	44
4.1 População Fora da Força de Trabalho	44
4.2 População Desocupada	48
4.3 Informalidade	50
4.4 Rendimento do Trabalho Principal	52
4.5 Jovens fora da Escola e sem Ocupação	54
5. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA MONETÁRIA	56
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69

PARTE I - RESUMO DOS INDICADORES

A seguir realiza-se uma breve análise dos principais indicadores socioeconômicos do estado do Ceará em um comparativo com o Brasil e Nordeste para o ano de 2019. Além disto, também são feitas comparações entre os anos, contemplando um período mais curto (comparativo entre 2018 e 2019), e outra comparação a longo prazo, onde serão analisados os anos de 2012 e 2019. Tal escolha de período foi feita devido à substituição da PNAD pela PNAD-Contínua, a partir de 2012. Não obstante, há a ausência de indicadores (referentes a saneamento básico e educação) na comparação a longo prazo, uma vez que estes sofreram alterações metodológicas e encontram-se disponíveis a partir do ano de 2016.

Com o intuito de avaliar a evolução dos indicadores sociais do Ceará em relação ao restante do país, cria-se uma medida sintética onde os indicadores nacionais são utilizados como referência. Mais especificamente, tal medida consiste na média cuja composição se dá por dois tipos de indicadores:

(1) Indicador do tipo “quanto maior, melhor” (sinalizado por ↑):

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Ceará} / \text{Indicador do Brasil}) \times 100\%$$

(2) Indicador do tipo “quanto menor, melhor” (sinalizado por ↓):

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Brasil} / \text{Indicador do Ceará}) \times 100\%$$

Tanto nestes dois casos, quanto de maneira agregada, para que o Ceará se encontre em melhor situação em relação ao nível nacional, o valor obtido desta relação deve ser superior a 100%, por conseguinte, uma relação igual a 100% mostra que os indicadores são equivalentes. Caso o valor resultante seja inferior a 100%, deduz-se que a média cearense se encontra em pior situação do que a brasileira.

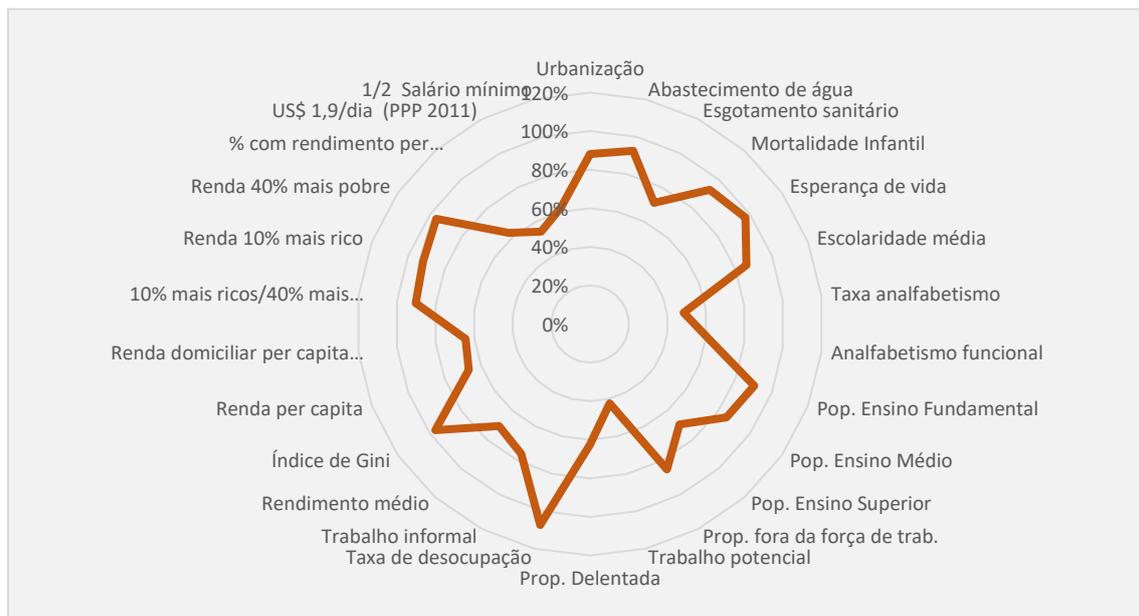
Esta primeira parte comparativa se baseia em 26 indicadores intersetoriais (das áreas de demografia, condições dos domicílios, educação, mercado de trabalho e pobreza e desigualdade) apresentados a seguir:

- Grau de urbanização (↑)
- Taxa de mortalidade infantil (↓)
- Esperança de vida ao nascer (↑)
- Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado (↑)

• Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado	(↑)
• Escolaridade média (em pessoas de 25 anos ou mais)	(↑)
• Taxa de analfabetismo (em pessoas de 15 anos ou mais)	(↓)
• Percentual de analfabetismo funcional entre adultos	(↓)
• Percentual da população (15 anos ou mais) com pelo menos o ensino fundamental completo	(↑)
• Percentual da população (19 anos ou mais) com pelo menos o ensino médio completo	(↑)
• Percentual da população (25 anos ou mais) com nível superior completo	(↑)
• Percentual da população (14 anos ou mais) fora da força de trabalho	(↓)
• Percentual da população (14 anos ou mais) considerada como força de trabalho potencial	(↓)
• Proporção da população (14 anos ou mais) considerada como desalentada	(↓)
• Proporção da população (14 anos ou mais) desocupada	(↓)
• Proporção da população (14 anos ou mais) ocupada informalmente	(↓)
• Rendimento médio mensal real	(↑)
• Índice de Gini (Desigualdade de renda)	(↓)
• Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)	(↑)
• Rendimento domiciliar per capita das pessoas com os 40% dos menores rendimentos	(↑)
• Razão entre o rendimento domiciliar <i>per capita</i> dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres	(↓)
• Proporção da renda acumulada pelos 10% mais ricos da população	(↓)
• Proporção da renda acumulada pelos 40% mais pobres da população	(↑)
• Percentual de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> até R\$ 89	(↓)
• Percentual de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a US\$ 1,9/dia PPP 2011	(↓)
• Percentual das pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a meio salário-mínimo	(↓)

Os resultados destes indicadores para o ano de 2019 são ilustrados através do gráfico radar. Assim, é possível ter uma visualização melhor da situação do Ceará em comparação ao Brasil.

GRÁFICO 1: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2019



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Como ilustrado pelo Gráfico 1, em 2019, o Ceará obteve uma média de 78,96% do nível nacional quando analisados todos os 26 indicadores. Isto é, o Ceará se aproxima em 79% da realidade nacional quanto a indicadores de Demografia, Educação, Saneamento Básico, Mercado de Trabalho e Pobreza e Desigualdade.

Em termos específicos, em relação a saneamento básico e acesso a água potável, a realidade dos cearenses em relação a nacional é de aproximadamente 70,5% e 92,5%, respectivamente. Na área de educação, o Ceará obteve melhores desempenho em relação a população com ensino fundamental (90,41%), ensino médio (85,38%) e ensino superior completo (69,54%), mas em patamares ainda inferiores a nacional.

O percentual da população com rendimento domiciliar *per capita* de até R\$ 89 reais também se encontra distante da realidade nacional, representando apenas 63% desta mesma, ou seja, o nível de pobreza do estado é superior à do país. Por último, o indicador que apresentou o maior distanciamento da realidade nacional (42,37%) é referente à proporção da população cearense considerada como força de trabalho potencial.

No entanto, quando passamos a analisar aqueles que obtiveram melhor desempenho no quadro comparativo à média nacional, o maior destaque também se dá dentro do mercado de trabalho, onde a taxa de desocupação ultrapassa o Brasil, de maneira positiva, obtendo uma marca de 107,34%. Isto é, em quesitos de população desocupada, o quadro do mercado de trabalho do Ceará encontra-se em melhor situação quando comparado à situação nacional. Dentro do tema de desigualdade, alguns indicadores também aproximam o Ceará do patamar

nacional, como é o caso da proporção da renda acumulada pelos 10% mais ricos, bem como a renda acumulada pelos 40% mais pobres da população cearense, além da razão entre o rendimento domiciliar *per capita* destes dois grupos (90,32%) e o próprio índice de Gini que se aproximou em 96,79% do índice em nível nacional. Fora do âmbito de pobreza e desigualdade, outros indicadores que também se aproximaram bastante da realidade nacional foi a esperança de vida (97,26%) e a taxa de mortalidade infantil (92,97%).

O Quadro 1 a seguir apresenta um resumo de todos os 26 indicadores para Ceará, Nordeste e Brasil.

QUADRO 1: Resumo dos Indicadores Sociais - Valores de 2019

INDICADORES		Valores em 2019		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	75,8	75,1	86,1
2	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	12,8	14,7	11,9
3	Esperança de vida ao nascer (em anos)	74,5	73,9	76,6
4	Proporção de domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	79,1	80,0	85,5
5	Proporção de domicílios c/ esgotamento sanitário adequado (%)	48,1	46,3	67,8
6	Escolaridade média (em pessoas de 25 anos ou mais) (anos de estudos)	8,1	8,1	9,4
7	Taxa de analfabetismo (em pessoas de 15 anos ou mais) (%)	13,6	13,9	6,6
8	Porcentagem de analfabetismo funcional (em pessoas de 15 anos ou mais) (%)	23,0	23,1	19,1
9	População (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo (%)	59,4	56,3	65,7
10	População adulta (19 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo (%)	43,8	42,7	51,3
11	População (com 25 anos ou mais) com nível superior completo (%)	12,1	12,1	17,4
12	População (de 14 anos ou mais) fora da força de trabalho (%)	43,9	45,1	37,4
13	População (14 anos ou mais) considerada como força de trabalho potencial (%)	17,7	19,8	7,5
14	População (14 anos ou mais) considerada como desalentada (%)	12,0	14,5	7,5
15	População (14 anos ou mais) desocupada (%)	10,9	14,1	11,7
16	População (14 anos ou mais) ocupada informalmente	60,8	62,4	46,2
17	Rendimento médio mensal real e habitual do trabalho principal (R\$)	1.573	1.527	2.229
18	Índice de Gini (Desigualdade de renda)	0,561	0,559	0,543
19	Renda domiciliar per capita real (R\$)	939	884	1.406
20	Rendimento domiciliar per capita das pessoas com os 40% dos menores rendimentos (R\$)	231	210	358
21	Razão entre o rendimento domiciliar per capita dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres	18,6	18,7	16,8
22	Proporção da renda acumulada pelos 10% mais ricos da população	45,7	43,7	42
23	Proporção da renda acumulada pelos 40% mais pobres da população	9,8	9,5	10,2
24	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita até R\$89	6,5	8,3	4,1
25	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$1,9/dia PPP 2011	12,0	13,6	6,5
26	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a 1/2 salário-mínimo	46,8	48,8	29,2

Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração IPECE

Nota: **Azul** indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; **Verde** indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; **Violeta** indica que o Ceará é melhor que o Brasil; **Vermelho** indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.

Uma vez feita a comparação entre o panorama dos indicadores sociais entre o Ceará e o Brasil, resta realizar uma comparação do quadro do estado ao longo dos anos. Os Quadros 2

e 3 a seguir realizam uma comparação a curto (2019/2018) e longo prazo (2019/2012), respectivamente.

Com respeito à variação de curto prazo, isto é, a variação percentual de 2019 em relação ao ano imediatamente anterior (2018) (Quadro 2), podemos destacar os seguintes fatos:

- ✓ Entre os indicadores demográficos, o grau de urbanização (-1,69%), a taxa de mortalidade infantil (-3,03) e a esperança de vida ao nascer (+0,27) o Ceará apresentou evolução pior que o Nordeste e o Brasil.
- ✓ Em relação ao abastecimento de água (+0,63%) e esgotamento sanitário (+10,83%) considerados como adequados apresentou evolução positiva e melhor que o Nordeste e o Brasil.
- ✓ Entre os indicadores na área de educação, o Ceará destacou-se do Brasil e Nordeste, apenas na proporção de jovens de 19 anos ou mais com ensino médio completo (+2,82%).
- ✓ No mercado de trabalho, o Ceará teve uma evolução melhor que o Brasil e o Nordeste na redução da população desocupada (-5,22) e na proporção da população (14 anos ou mais) ocupada informalmente (-1,78). Também houve evolução positiva na proporção da população (14 anos ou mais) considerada como força de trabalho potencial (+4,73) e no rendimento médio mensal real e habitual do trabalho principal (+6,57).
- ✓ Ainda sobre o mercado de trabalho, o Ceará teve desempenho pior que o Nordeste e o Brasil na evolução da proporção da população (14 anos ou mais) considerada como desalentada (+4,35).
- ✓ Por último, e não menos importante, entre os indicadores de pobreza e desigualdade, o Ceará destacou-se do Brasil e do Nordeste em 4 indicadores, aumento da renda domiciliar *per capita* real (R\$) (+6,46) e do rendimento domiciliar *per capita* das pessoas com os 40% dos menores rendimentos (+6,94) e na redução do percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* até R\$89 (-2,99) e no percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$1,9/dia PPP 2011 (-1,64).
- ✓ E em relação apenas ao Nordeste, teve melhor evolução na proporção da renda acumulada pelos 40% mais pobres da população (-3,92), embora tenha apresentado uma evolução negativa.

QUADRO 2: Resumo dos Indicadores Sociais. Variação percentual de 2019 em relação a 2018.

INDICADORES		Valores 2019/2018		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	-1,69	-0,40	0,35
2	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-3,03	-3,92	-4,03
3	Esperança de vida ao nascer (em anos)	0,27	0,41	0,39
4	Proporção de domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	0,63	-0,2	-0,35
5	Proporção de domicílios c/ esgotamento sanitário adequado (%)	10,83	3,81	2,26
6	Escolaridade média (em pessoas de 25 anos ou mais) (anos de estudos)	0,00	2,53	1,08
7	Taxa de analfabetismo (em pessoas de 15 anos ou mais) (%)	2,26	0,00	-2,94
8	Porcentagem de analfabetismo funcional (em pessoas de 15 anos ou mais) (%)	3,60	-1,28	-2,76
9	População (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo (%)	0,85	1,81	1,86
10	População adulta (19 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo (%)	2,82	2,64	2,81
11	População (com 25 anos ou mais) com nível superior completo (%)	5,22	7,08	5,45
12	População (de 14 anos ou mais) fora da força de trabalho (%)	-0,45	-0,22	-1,58
13	População (14 anos ou mais) considerada como força de trabalho potencial (%)	4,73	1,02	-1,32
14	População (14 anos ou mais) considerada como desalentada (%)	4,35	2,11	-1,32
15	População (14 anos ou mais) desocupada (%)	-5,22	-2,76	-2,50
16	População (14 anos ou mais) ocupada informalmente	-1,78	0,48	-0,43
17	Rendimento médio mensal real e habitual do trabalho principal (R\$)	6,57	2,14	-0,62
18	Índice de Gini (Desigualdade de renda)	2,37	2,57	-0,37
19	Renda domiciliar per capita real (R\$)	6,46	4,49	1,37
20	Rendimento domiciliar per capita das pessoas com os 40% dos menores rendimentos (R\$)	6,94	3,96	5,60
21	Razão entre o rendimento domiciliar per capita dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres	7,51	8,09	-1,18
22	Proporção da renda acumulada pelos 10% mais ricos da população	5,06	4,05	0,24
23	Proporção da renda acumulada pelos 40% mais pobres da população	-3,92	-4,04	0,99
24	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita até R\$89	-2,99	3,75	2,50
25	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$1,9/dia PPP 2011	-1,64	0,74	0,00
26	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a 1/2 salário-mínimo	-0,85	-1,01	-2,01

Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração IPECE

Nota: **Azul** indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; **Verde** indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; **Violeta** indica que o Ceará é melhor que o Brasil; **Vermelho** indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.

A seguir, como citado anteriormente, o Quadro 3 apresenta a variação percentual dos mesmos indicadores para o período de 2012 a 2019. No entanto, é importante fazer a ressalva

de que os indicadores de saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário) bem como os referentes à área de educação, não foram incluídos devido à indisponibilidade dos mesmos para o ano de 2012. Assim sendo, temos:

- ✓ Neste período, o Ceará, comparado ao Nordeste e Brasil, encontrou-se em pior situação apenas em três indicadores: na evolução do grau de urbanização (+0,40%), aumentou a desigualdade de renda, medido pelo Índice de Gini (+2,56%) e aumentou a proporção da renda acumulada pelos 10% mais ricos da população (+3,63).
- ✓ Não obstante, apesar de ter exibido desempenho melhor que o Brasil e Nordeste, deve-se destacar que, tanto a proporção da população (14 anos ou mais) considerada como força de trabalho potencial (+14,94), a proporção da população (14 anos ou mais) considerada como desalentada (+81,82) e a proporção da população (14 anos ou mais) desocupada (+41,56) aumentaram no período, quando o desejável é que reduzam.
- ✓ Em relação a renda domiciliar *per capita* real (R\$) e ao rendimento domiciliar *per capita* das pessoas com os 40% dos menores rendimentos o Ceará apresentou desempenho melhor que o Brasil e Nordeste, crescendo em 16,79% e 69,85%, respectivamente.
- ✓ Finalmente, com relação à pobreza, houve um aumento das pessoas com rendimento domiciliar per capita até R\$89 (+8,33), mas significativamente inferior ao observado no Brasil e no Nordeste. Por outro lado, houve redução no percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$1,9/dia PPP 2011 (-5,51) e no percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a 1/2 salário-mínimo (-12,52).

QUADRO 3: Resumo dos Indicadores Sociais. Variação percentual de 2019 em

relação a 2012.

INDICADORES		Valores 2019/2012		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	0,40	2,74	1,65
2	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-27,27	-28,29	-24,20
3	Esperança de vida ao nascer (em anos)	2,19	2,78	2,82
4	Proporção de domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	*	*	*
5	Proporção de domicílios c/ esgotamento sanitário adequado (%)	*	*	*
6	Escolaridade média (em pessoas de 25 anos ou mais) (anos de estudos)	*	*	*
7	Taxa de analfabetismo (em pessoas de 15 anos ou mais) (%)	*	*	*
8	Porcentagem de analfabetismo funcional (em pessoas de 15 anos ou mais) (%)	*	*	*
9	População (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo (%)	*	*	*
10	População adulta (19 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo (%)	*	*	*
11	População (com 25 anos ou mais) com nível superior completo (%)	*	*	*
12	População (de 14 anos ou mais) fora da força de trabalho (%)	-3,73	3,92	-2,86
13	População (14 anos ou mais) considerada como força de trabalho potencial (%)	14,94	34,69	127,27
14	População (14 anos ou mais) considerada como desalentada (%)	81,82	123,08	127,27
15	População (14 anos ou mais) desocupada (%)	41,56	48,42	60,27
16	População (14 anos ou mais) ocupada informalmente	-2,72	-1,89	1,09
17	Rendimento médio mensal real e habitual do trabalho principal (R\$)	8,04	7,38	4,06
18	Índice de Gini (Desigualdade de renda)	2,56	2,4	0,6
19	Renda domiciliar per capita real (R\$)	16,79	10,64	7,82
20	Rendimento domiciliar per capita das pessoas com os 40% dos menores rendimentos (R\$)	69,85	50,00	55,65
21	Razão entre o rendimento domiciliar per capita dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres	9,41	11,31	2,44
22	Proporção da renda acumulada pelos 10% mais ricos da população	3,63	-0,23	0,48
23	Proporção da renda acumulada pelos 40% mais pobres da população	-4,85	-9,52	-2,86
24	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita até R\$89	8,33	38,33	32,26
25	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$1,9/dia PPP 2011	-5,51	10,57	14,04
26	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a 1/2 salário-mínimo	-12,52	-8,79	-9,60

Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração IPECE

Nota: **Azul** indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; **Verde** indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; **Violeta** indica que o Ceará é melhor que o Brasil; **Vermelho** indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.

* Indicadores não disponibilizados pelo IBGE para 2012.

PARTE II - ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES

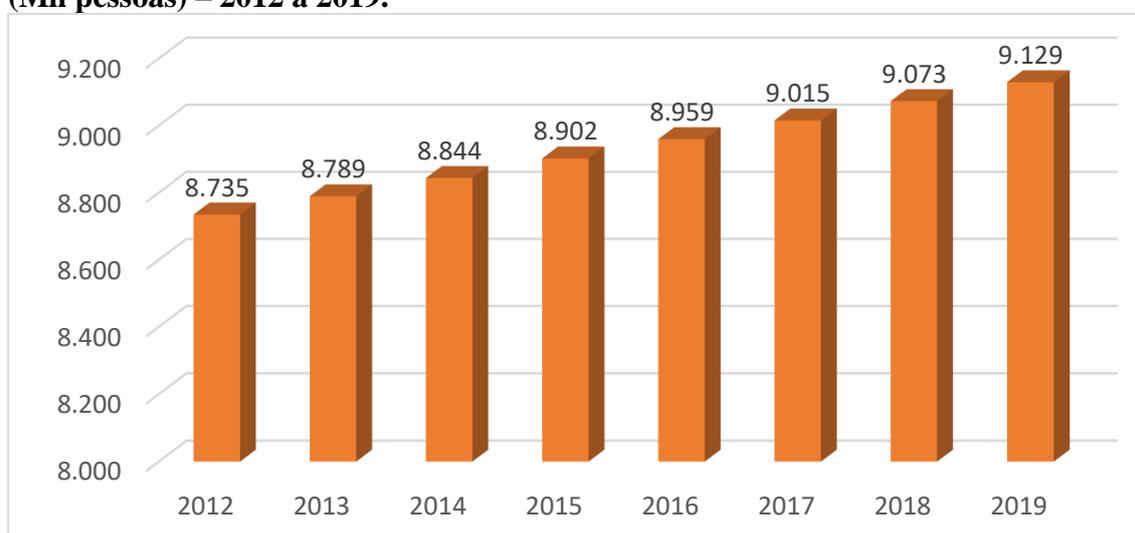
1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Nessa seção, apresenta-se indicadores relacionados ao crescimento populacional, taxa de urbanização, razão dependência e distribuição populacional por idade, sexo e cor ou raça. As informações correspondem ao período de 2012 a 2019 e foram coletados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) – primeira visita. Além dos indicadores de esperança de vida e taxa de mortalidade infantil, extraídos da Projeção da população/IBGE¹.

1.1 População total e taxa de urbanização

O Gráfico 1.1 apresenta o crescimento populacional da população cearense em números absolutos de 2012 a 2019. Em 2019, segundo informações coletadas na PNAD-Contínua, a população do estado do Ceará estava estimada em 9.129.387 (nove milhões, cento e vinte nove mil, trezentos e oitenta e sete) moradores. O que representa 16% dos residentes no Nordeste e 4,4% da população brasileira. No período analisado, a população cearense teve um crescimento, em números absolutos, de cerca de 56 mil novos moradores.

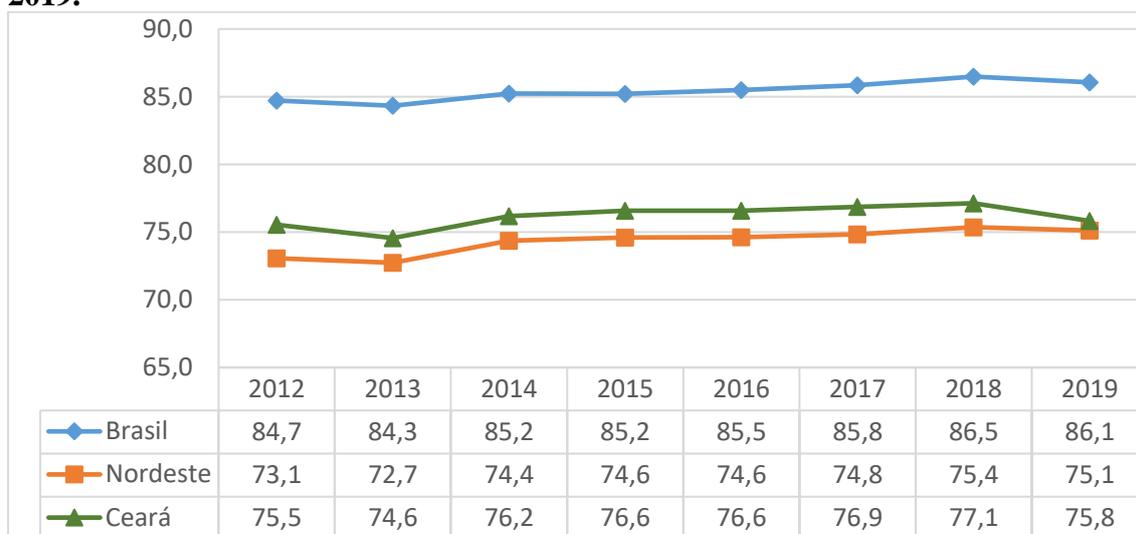
GRÁFICO 1.1: Crescimento populacional absoluto da população residente no Ceará (Mil pessoas) – 2012 a 2019.



Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

O Gráfico 1.2 exibe os valores da taxa de urbanização para o Brasil, Nordeste e Ceará. Essa taxa é definida como percentual da população residente da área urbana em relação à população total de cada região.

¹ Disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7362>

GRÁFICO 1.2: Taxa de Urbanização (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2019.

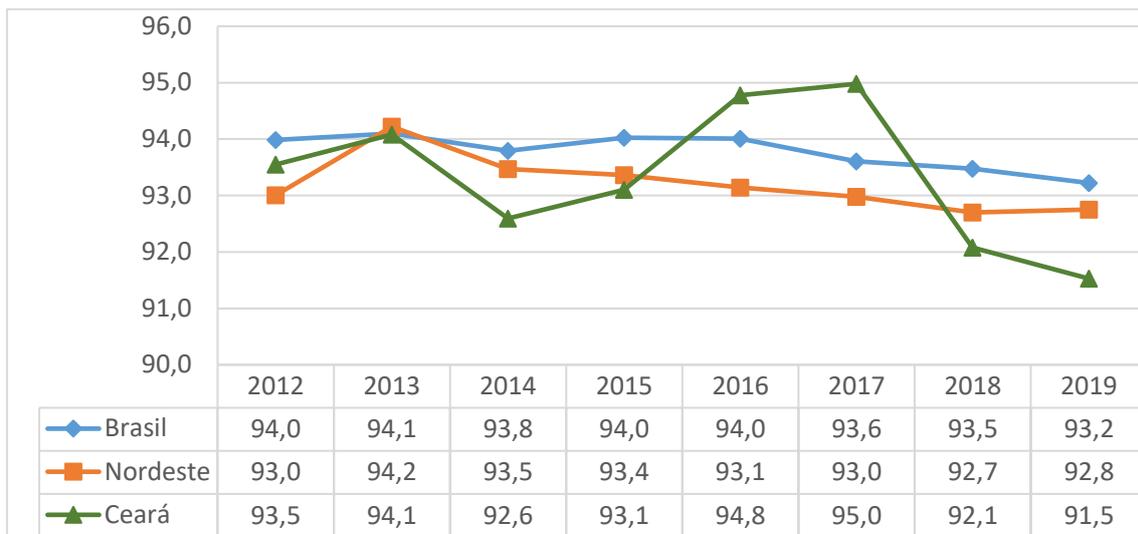
Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

Em 2019, a proporção de pessoas vivendo nas cidades chegou a 86,1%, 75,1% e 75,8, no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente, como pode ser observado no Gráfico 1.2. A partir dos dados apresentados, é possível observar que a taxa de urbanização nas três regiões analisadas nota-se pequenas variações entre alguns períodos, evidenciando que o ritmo de incremento da população urbana e, conseqüentemente, o esvaziamento da zona rural, tem permanecido, praticamente, estável nos últimos anos.

1.2 Distribuição da população por sexo e faixa etária

Considerando a distribuição da população por sexo, apresenta-se no Gráfico 1.3 a razão sexo para o Brasil, Nordeste e Ceará. Este indicador representa o número de homens na população para cada grupo de 100 mulheres, de modo que, se essa razão for menor (maior) que 100, isto significa que há um número menor (maior) de homens que o de mulheres na população. Portanto, conforme pode ser observado no Gráfico a seguir, em todos os casos pesquisados, a população masculina é inferior à feminina. No caso do Ceará, em 2019, a população feminina é predominante, isto é, havia cerca de 91 homens para cada 100 mulheres no estado, apresentando uma razão inferior ao do Brasil (93) e do Nordeste (92).

GRÁFICO 1.3: Razão Sexo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2019.



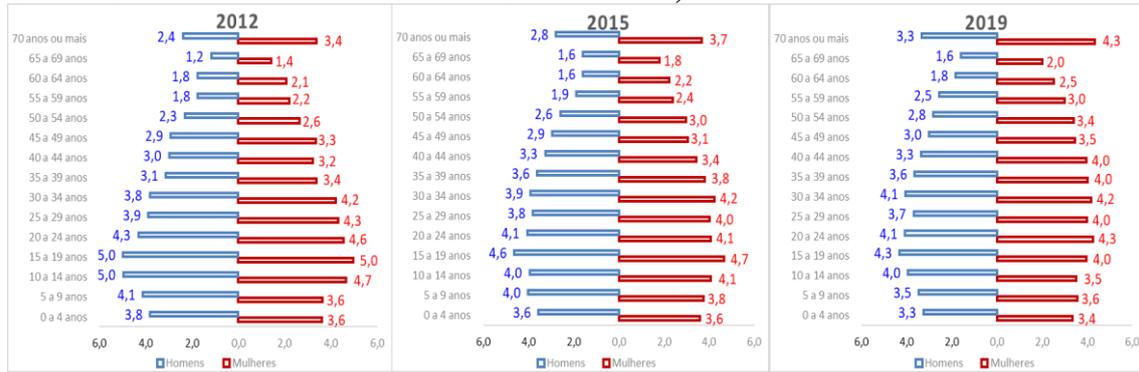
Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

De acordo com dados apresentados pelo Registro Civil de 2019, nascem mais homens que mulheres no Brasil, a razão sexo no nascimento chega a ser de 105 meninos para cada 100 meninas. Porém, a taxa de mortalidade masculina é superior à feminina ao longo de toda a vida. Contudo, em determinados intervalos de idade, sobretudo entre os jovens e os adultos jovens, essa diferença se acentua, decorrente principalmente de fatores externos (homicídios, suicídios, acidentes de trânsito, afogamentos, quedas acidentais etc.). Por exemplo, a sobremortalidade da população masculina por causas externas no grupo de 20 a 24 anos foi na ordem de 9,5, em 2019. Isto é, um indivíduo do sexo masculino de 20 anos tinha, aproximadamente, nove e meia vezes mais chances de não completar 25 anos de idade do que uma pessoa do sexo feminino².

Este fato pode ser mais bem analisado nas pirâmides etárias por sexo apresentadas no Gráfico 1.4, para 2012, 2015 e 2019. Nota-se que, em 2019, a população feminina é predominante nas faixas etárias com mais de 25 anos de idade.

² Mais informações em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2019_v46_informativo.pdf

GRÁFICO 1.4: Pirâmides Etárias – Ceará – 2012, 2015 e 2019.

Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

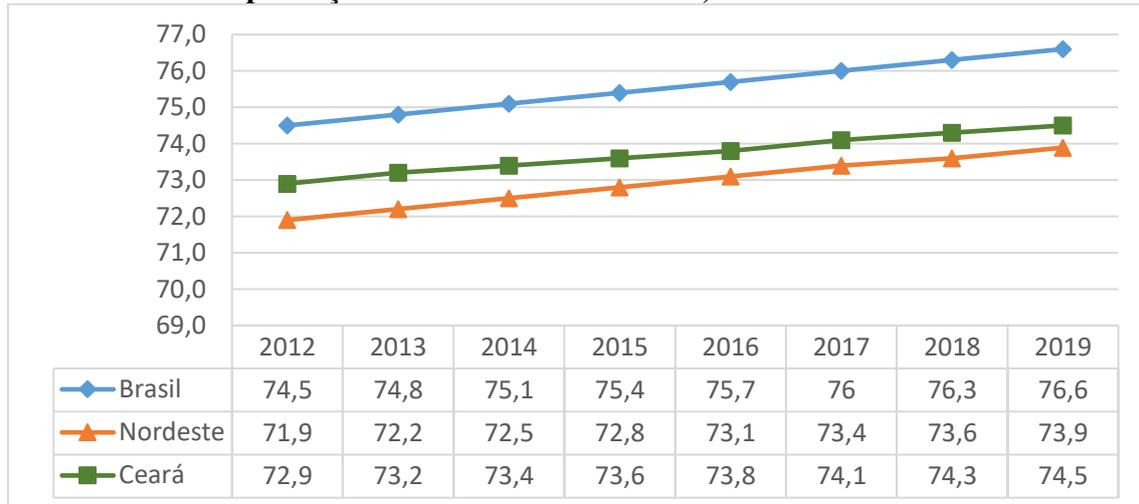
Outra constatação importante a ser feita a partir das pirâmides etárias apresentadas anteriormente, é a tendência de envelhecimento da população cearense. No Caso, percebe-se uma tendência de redução da população mais jovem e aumento da população mais velha, resultando em bases mais estreitas e cumes largos.

Para 2019, nota-se uma tendência do aumento da população de 20 anos ou mais, com destaque para os grupos de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Essa mudança estrutural da população cearense é reflexo da combinação de dois movimentos sociais importantes: a melhoria da expectativa de vida e a redução da taxa da natalidade da população.

1.3 Esperança de vida e taxa de mortalidade infantil

O Gráfico 1.5, mostra uma tendência na melhoria da expectativa de vida da população, brasileira, nordestina e cearense. No período, a esperança de vida da população cearense teve um aumento de 2,2%. O que significa dizer que uma pessoa que nasceu em 2019, tem uma expectativa de vida de um ano e seis meses a mais do que uma pessoa que nasceu em 2012. Enquanto a taxa de crescimento do Brasil foi de 2,8%, isto é, de dois anos e um mês, se compararmos os anos de 2012 e 2019. Dessa forma, a esperança de vida da população brasileira e cearense, chegou a 76,6 e 74,5 anos de vida, respectivamente. É importante observar que os cearenses vivem, em média, dois anos a menos que a média brasileira. No caso da esperança de vida dos nordestinos, ela cresceu de 71,9 para 73,9 anos, entre 2012 e 2019.

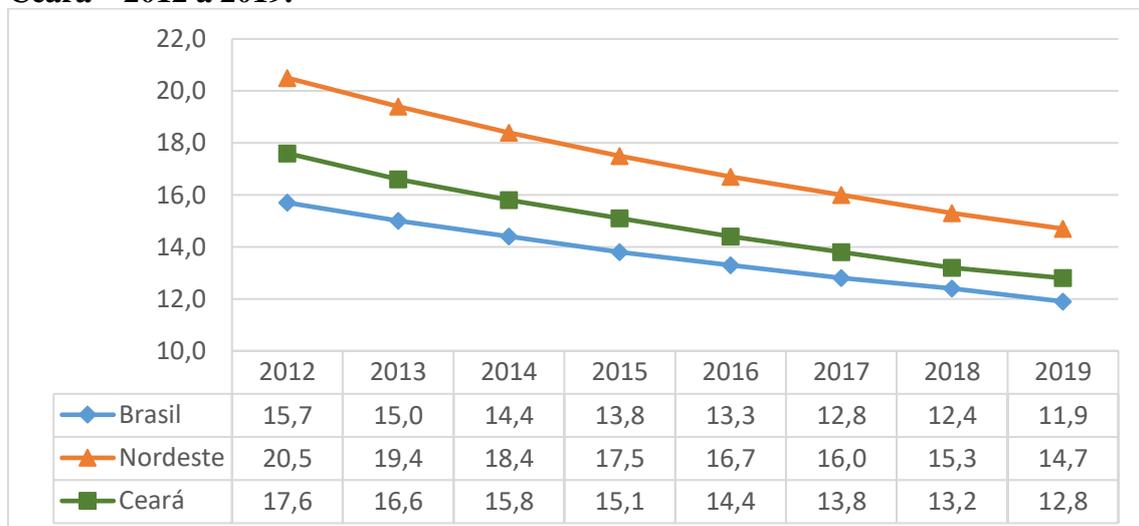
O aumento dos anos de vida dos brasileiros, pelo menos em parte, está relacionado às mudanças nas condições de vida da população, como por exemplo, nas melhorias das condições de trabalho, melhores ofertas de serviços básicos de saúde e saneamento que implicam na ampliação da expectativa de vida das pessoas.

GRÁFICO 1.5: Esperança de vida ao nascer –Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2019.

Fonte: Projeção populacional /IBGE. Elaboração: IPECE.

Outro fenômeno que pode explicar o aumento da expectativa de vida da população é a redução da taxa de mortalidade infantil, haja vista que os óbitos infantis têm impacto direto na mensuração da esperança de vida de uma população.

O Gráfico 1.6, mostra a taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos que mede a probabilidade de um recém-nascido não completar o primeiro ano de vida em um determinado ano. Portanto, nota-se que o Ceará, apresentou uma redução significativa neste indicador, saindo de 17,6, em 2012, para 12,8 óbitos de crianças menores de um ano de vida, em 2019. Com uma taxa inferior à do Nordeste (14,7), mais superior à média nacional que reduziu de 15,7, em 2012, para 11,9, em 2019. Contudo, o ritmo de queda foi mais forte no Ceará, -27,3%, enquanto o Brasil reduziu -24,2%.

GRÁFICO 1.6: Taxa de Mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos) – Brasil e Ceará – 2012 a 2019.

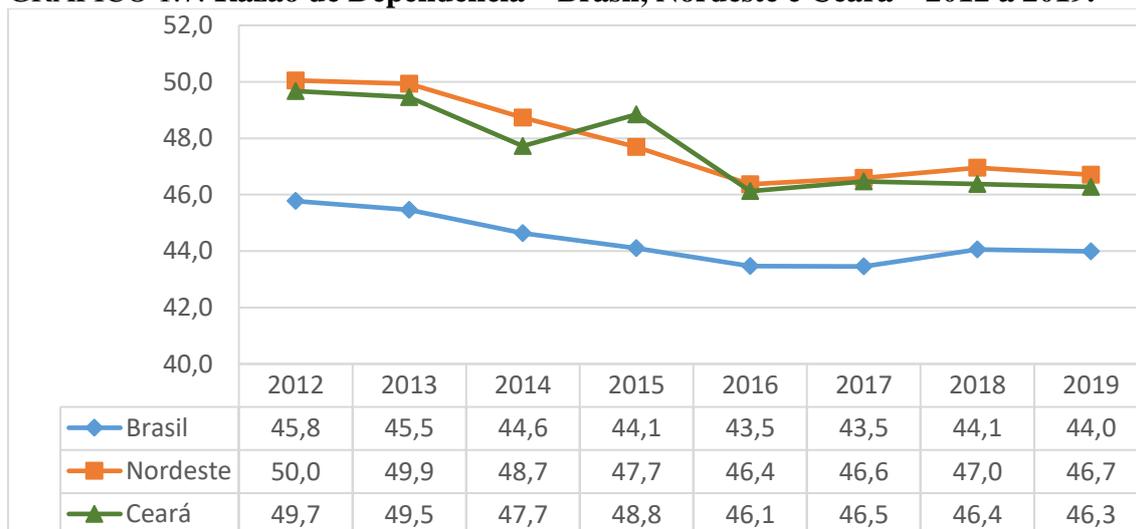
Fonte: Projeção populacional /IBGE. Elaboração: IPECE.

1.4 Razão dependência

Com o reflexo dos movimentos descritos na seção anterior, observa-se uma tendência de redução na razão de dependência, que representa a razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e de 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). Este indicador mede a participação relativa da população inativa, que deveria ser sustentada pela parcela da população potencialmente produtiva. Valores elevados indicam que existe uma parcela significativa da população que depende da população economicamente ativa, o que implica na necessidade de encargos assistenciais consideráveis. O comportamento deste indicador é apresentado no Gráfico 1.7.

Portanto, como pode ser observado, em todas as regiões analisadas, existe um declínio gradativo da razão dependência. Essa redução ocorre porque, embora a população de idosos (65 anos ou mais) tenha aumentado sua participação relativa, a redução da taxa de fecundidade leva a uma diminuição das taxas de natalidade, implicando na redução da população mais jovem (menores de 15 anos). No denominador, por sua vez, a população em idade ativa (15 a 64 anos) ainda vem aumentando, pela incorporação de jovens provenientes de épocas de altas taxas de fecundidade. Em 2019, a razão dependência era de 44,0%, 46,7% e 46,3% no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente, conforme Gráfico 1.7.

GRÁFICO 1.7: Razão de Dependência – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2019.



Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

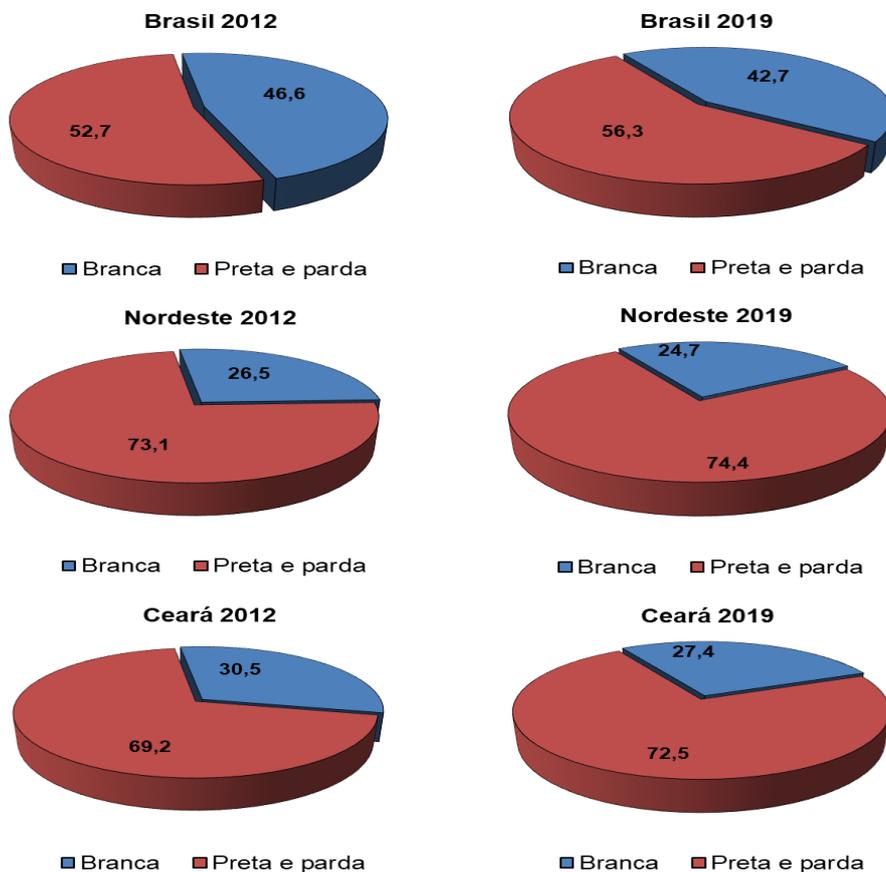
1.5 Cor ou raça declarada

A distribuição da população por cor ou raça demonstra a diversidade étnica do Brasil. Nesta parte foram analisados dados para os grupos de cor/raça brancos, pretos e pardos, que representam mais de 99% da população, em todas as regiões analisadas. Os demais grupos, amarelos e indígenas, não possuem representatividade na amostra, portanto, não são analisados aqui.

Como a questão da cor ou raça trata-se de uma classificação subjetiva e baseada na declaração do entrevistado, nota-se um crescimento da proporção de brasileiros, neste período, que se declararam pretos ou pardos. Em 2019, 56,3% dos brasileiros consideravam-se como pretos ou pardos e 42,7% brancos.

No caso do Nordeste e do Ceará, observa-se uma predominância em relação a pretos e pardos. Apenas 24,7% e 27,4% dos nordestinos e cearenses, respectivamente, consideravam-se brancos. Enquanto, aqueles que se declararam pretos ou pardos, representam 74,4% e 72,5%, respectivamente (Gráfico 1.8).

GRÁFICO 1.8: Distribuição da População por Cor ou Raça (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 e 2019.



Fonte: PNADC (2012 e 2019) /IBGE. Elaboração: IPECE.

A compreensão dos fenômenos relacionados à transição demográfica é de suma importância para elaboração e planejamento de políticas públicas, haja vista que serão mais eficientes se forem considerados o comportamento e as transformações da estrutura etária da população de uma determinada região. Assim, pelos dados aqui apresentados, observa-se um aumento da população idosa na sociedade. Com o envelhecimento da população, o Estado precisa estar preparado para as demandas relacionadas à previdência e aos cuidados dessa população. Além disso, as mudanças demográficas poderão afetar o crescimento econômico e a mudança na estrutura do mercado de trabalho.

2. DOMICÍLIOS

Segundo a estimativa do IBGE pela PNAD-Contínua, em 2019, havia 72.394.728 domicílios no Brasil, dos quais 26,19% estavam situados na Região Nordeste e a maior parte dos domicílios eram de casas seguido de apartamentos. O estado brasileiro com maior número de domicílios foi São Paulo (16.136.354) e com menor foi Roraima (153.230 domicílios). O Ceará, com 2.975.053 domicílios, ocupou a oitava posição entre as unidades federativas (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco) com maior número no Brasil e a terceira da Região Nordeste, atrás apenas da Bahia e Pernambuco.

Esse capítulo aborda as características dos domicílios cearenses ao tipo da habitação e suas condições de propriedade (casas, apartamentos, próprio, alugado etc), como também às características físicas (material da parede, piso e telhado), a presença de serviços de esgotamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica e da posse de alguns bens (geladeira, máquina de lavar, moto e carro), em comparação com a Região Nordeste e o Brasil. Vale salientar que na PNAD Contínua anual esse tema foi investigado apenas na 1ª visita ao domicílio³ e os dados disponíveis são para os anos de 2016 a 2019.

2.1 Condições da habitação

Sendo o local de moradia um direito básico constitucional a todo cidadão e quem o tem carece de outros, como acesso aos serviços água, esgoto, energia e coleta de lixo essa seção traz uma análise dos resultados gerais da última PNAD contínua de como estão as condições das moradias no Ceará, Nordeste e Brasil.

2.1.1 Número de Domicílios e de Moradores

Em 2019 foi estimado 2.975.053 de domicílios no Ceará e, com média de 3,1 moradores do domicílio. De 2016 a 2019, o número de domicílios tanto no Ceará, Nordeste e no Brasil aumentou, enquanto o número médio de moradores praticamente ficou estável, conforme ilustra tabela a seguir.

³ Os domicílios selecionados são visitados por 5 trimestres consecutivos, uma vez a cada trimestre, cabendo destacar que para o tema domicílios os dados são correspondentes à primeira visita.

TABELA 2.1: Número de domicílios e Número médio de moradores- Brasil, Nordeste e Ceará-2016 a 2019.

Localidade	Número de domicílios (por mil domicílios)				Número médio de moradores			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Brasil	68.899	69.471	71.015	72.395	3,0	3,0	2,9	2,9
Nordeste	18.062	18.181	18.483	18.959	3,1	3,1	3,1	3,0
Ceará	2.849	2.876	2.986	2.975	3,1	3,1	3,0	3,1

Fonte: PNADC/IBGE (2016 a 2019). Elaboração: IPECE.

2.1.2 Tipo do Domicílio

No Brasil o tipo de domicílio mais comum são as casas, seguido dos apartamentos (quando localizado em um edifício) e da habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco (segundo o IBGE, trata-se de um tipo de moradia que se caracteriza pelo uso comum de instalações hidráulica e sanitária com outras moradias e utilização do mesmo ambiente para diversas funções, como por exemplo, dormir, cozinhar, fazer refeições, trabalhar, etc). O mesmo ocorre no Ceará, as casas representaram a maioria, 89,77%, enquanto os apartamentos representam apenas 10,21%, conforme ilustra Tabela 2.2 para o ano de 2019.

TABELA 2.2: Distribuição por tipo de ocupação do domicílio- Brasil, Nordeste e Ceará- 2016 a 2019 (%).

Local/Ano	Tipo do Domicílio	2016	2017	2018	2019
Brasil	Apartamentos	13,76	13,22	13,85	14,20
	Casas	86,03	86,60	86,00	85,63
	Casas de cômodos, cortiços ou cabeça de porco	0,21	0,18	0,15	0,17
Nordeste	Tipo do Domicílio	2016	2017	2018	2019
	Apartamentos	8,67	8,82	8,94	8,74
	Casas	91,16	91,04	90,92	91,12
	Casas de cômodos, cortiços ou cabeça de porco	0,17	0,13	0,14	0,14
Ceará	Tipo do Domicílio	2016	2017	2018	2019
	Apartamentos	9,12	11,33	9,91	10,21
	Casas	90,82	88,64	90,09	89,77
	Casas de cômodos, cortiços ou cabeça de porco	0,06	0,03	-	0,02

Fonte: PNADC/IBGE (2016 a 2019). Elaboração: IPECE.

2.1.3 Condição de ocupação

A Tabela 2.3 traz os resultados da condição de ocupação dos domicílios aqui classificadas, conforme o IBGE em quatro tipos:

- a) Próprio já pago - quando o domicílio era de propriedade, estando integralmente pago;
- b) Próprio ainda pagando - quando o domicílio era de propriedade e ainda não estava integralmente pago;
- c) Alugado;
- d) Cedido por empregador ou não;
- e) Outra condição;

No Ceará, para último dado disponível, os domicílios próprios pagos representavam a maioria, 69,06%, taxa superior à encontrada para o Brasil de 66,40%. Ainda sobre o resultado do Ceará, verificou-se que: os domicílios próprios ainda sendo pagos, correspondiam a 3,63%; 18,81% eram de domicílios alugados; 8,32% eram cedidos por empregador, ou por outra pessoa que não era moradora, ou por instituição que não era empregadora de algum dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação (impostos, condomínio, etc.) ou de conservação; e, por fim, que apenas 0,17% caracterizava-se como domicílio ocupado de forma diferente das anteriormente relacionadas (outra condição), onde se incluem domicílios cujo aluguel, pago por morador, referia-se à unidade domiciliar em conjunto com unidade não residencial (oficina, loja etc.) ou domicílios localizados em estabelecimentos agropecuários arrendados; ou ainda domicílios ocupados por invasão.

TABELA 2.3: Distribuição por condição de ocupação do domicílio - Brasil, Nordeste e Ceará - 2016 a 2019 (%).

Local/Ano	Condição de ocupação do domicílio	2016	2017	2018	2019
Brasil	Próprio de algum morador - já pago	68,21	67,88	66,69	66,40
	Próprio de algum morador - ainda pagando	5,94	5,63	5,92	6,12
	Alugado	17,47	17,61	18,14	18,35
	Cedido	8,17	8,68	9,07	8,89
	Outra condição	0,21	0,21	0,18	0,24
Nordeste	Condição de ocupação do domicílio	2016	2017	2018	2019
	Próprio de algum morador - já pago	74,17	74,14	72,69	73,57
	Próprio de algum morador - ainda pagando	3,50	3,40	3,58	3,08
	Alugado	14,28	14,38	14,94	14,97
	Cedido	7,85	7,86	8,58	8,23
Outra condição	0,21	0,22	0,21	0,16	
Ceará	Condição de ocupação do domicílio	2016	2017	2018	2019
	Próprio de algum morador - já pago	69,75	69,27	68,59	69,06
	Próprio de algum morador - ainda pagando	2,50	3,88	3,52	3,63
	Alugado	18,06	18,35	18,42	18,81
	Cedido	9,29	8,18	9,27	8,32
Outra condição	0,41	0,32	0,21	0,17	

Fonte: PNADC/IBGE (2016 a 2019). Elaboração: IPECE.

2.1.4 Material da parede, Telhado e Piso

Nessa seção a análise diz respeito ao material usado nas paredes externas, no telhado e no piso da habitação. Na maioria dos domicílios brasileiros, tem-se parede revestida de alvenaria/taipa com revestimento de telha sem laje de concreto e o piso de cerâmica, lajota ou pedra, conforme ilustra a Tabela 2.4.

TABELA 2.4: Distribuição dos domicílios por material das Paredes, dos Telhados e do Piso dos domicílios – Brasil - 2016 a 2019 (%).

	Material Parede	2016	2017	2018	2019
Parede	Alvenaria/taipa com revestimento	88,37	88,55	88,16	88,56
	Alvenaria/Taipa sem revestimento	6,29	6,22	6,89	6,58
	Madeira apropriada para construção (aparelhada)	4,79	4,61	4,41	4,32
	Outro material	0,55	0,62	0,54	0,53
Telhado	Material do Telhado	2016	2017	2018	2019
	Telha sem laje de concreto	51,89	51,06	50,08	49,77
	Telha com laje de concreto	32,00	32,89	32,73	32,99
	Somente laje de concreto	13,71	13,20	14,67	15,52
	Outro material	2,41	2,84	2,52	2,63
Piso	Material Piso	2016	2017	2018	2019
	Cerâmica, lajota ou pedra	76,65	76,93	77,56	78,29
	Madeira apropriada para construção	6,72	6,65	6,71	7,16
	Cimento	15,61	15,33	14,66	13,79
	Outro material	1,02	1,09	1,07	0,76

Fonte: PNADC/IBGE (2016 a 2019). Elaboração: IPECE.

Conforme mostra a Tabela 2.5 a maior parte dos domicílios no Nordeste tem características semelhantes ao encontrado para o Brasil, em sua maioria, de parede revestida de alvenaria/taipa com revestimento de telha sem laje de concreto e o piso de cerâmica, lajota ou pedra.

TABELA 2.5: Distribuição por material das Paredes, dos Telhados e do Piso dos domicílios- Nordeste - 2016 a 2019 (%).

	Material Parede	2016	2017	2018	2019
Parede	Alvenaria/taipa com revestimento	91,15	91,74	91,00	91,20
	Alvenaria/Taipa sem revestimento	8,36	7,85	8,51	8,26
	Madeira apropriada para construção (aparelhada)	0,16	0,09	0,16	0,12
	Outro material	0,33	0,32	0,33	0,37
Telhado	Material do Telhado	2016	2017	2018	2019
	Telha sem laje de concreto	75,19	74,97	73,51	72,51
	Telha com laje de concreto	15,14	15,35	16,17	16,93
	Somente laje de concreto	8,22	8,16	8,90	8,91
	Outro material	1,44	1,52	1,42	1,64
Piso	Material Piso	2016	2017	2018	2019

Cerâmica, lajota ou pedra	65,41	66,89	68,13	64,50
Madeira apropriada para construção	0,28	0,19	0,34	0,31
Cimento	32,41	31,16	29,90	29,3
Outro material	1,91	1,76	1,63	1,39

Fonte: PNADC/IBGE (2016 a 2019). Elaboração: IPECE.

Já na Tabela 2.6, que mostra os resultados referentes as moradias no Ceará, verificou-se que 93,91% dos domicílios tinham a parede revestida de alvenaria/taipa com revestimento; 70,00% tinham o telhado dos domicílios de telha sem laje de concreto e 63,24% tinham o piso de material tipo cerâmica, lajota ou pedra.

TABELA 2.6: Distribuição por material das Paredes, dos Telhados e do Piso dos domicílios- Ceará -2016 a 2019 (%).

	Material Parede	2016	2017	2018	2019
Parede	Alvenaria/taipa com revestimento	90,8	93,39	92,62	93,91
	Alvenaria/Taipa sem revestimento	9,16	6,58	7,38	5,98
	Madeira apropriada para construção (aparelhada)	-	-	-	0,03
	Outro material	-	-	-	0,07
	Material do Telhado	2016	2017	2018	2019
Telhado	Telha sem laje de concreto	73,34	70,81	71,41	70,00
	Telha com laje de concreto	21,25	22,45	22,2	24,38
	Somente laje de concreto	5,01	6,29	5,91	5,21
	Outro material	0,39	0,44	0,48	0,4
	Material Piso	2016	2017	2018	2019
Piso	Cerâmica, lajota ou pedra	57,17	59,57	61,92	63,24
	Madeira apropriada para construção	0,15	0,13	0,11	0,16
	Cimento	41,53	39,58	37,25	36,01
	Outro material	1,14	0,72	0,72	0,59

Fonte: PNADC/IBGE (2016 a 2019). Elaboração: IPECE.

2.2 Serviços básicos

Essa seção abordará a distribuição de domicílios atendidos pelos serviços de água e esgoto adequado, coleta de lixo e abastecimento de energia elétrica.

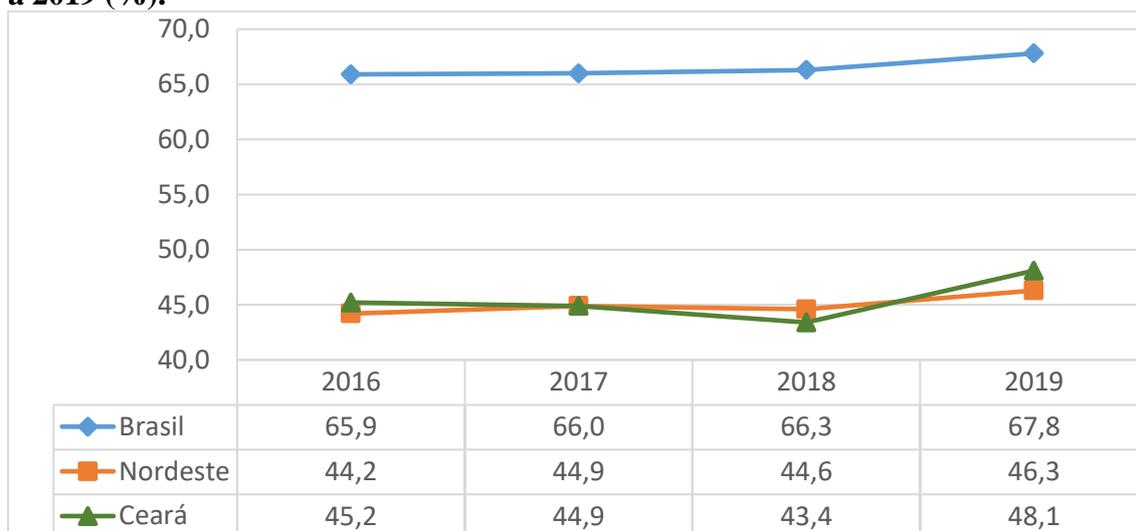
No Brasil a prestação de serviços, assim como os investimentos no setor de saneamento básico, historicamente é pública⁴. Estudos mostram que são diversos os

⁴ <https://ceri.fgv.br/sites/default/files/publicacoes/2019-06/Reformulac%CC%A7a%CC%83o%20do%20Marco%20Legal%20do%20Saneamento%20no%20Brasil.pdf>

desafios do saneamento no Brasil⁵. Definido pela Lei nº 11.445/2007⁶ como um conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de água pluviais, garantido pela Constituição Federal de 1988, recentemente,⁷ foi aprovado em 2020 o marco legal do saneamento no Brasil com o objetivo de aumentar a concorrência e, com a abertura do mercado para participação privada, aumentar o investimento via setor privado.

Nesse contexto, o Brasil, Nordeste e Ceará apresentam cobertura insuficiente desse serviço. Em 2019, a proporção de domicílios no Ceará em que o escoamento do esgoto era feito por rede geral ou fossa séptica ligada à rede foi de 48,1%, taxa maior que a encontrada na Região Nordeste e menor que a do Brasil, como mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 2.1: Distribuição dos domicílios particulares e permanentes com rede geral de esgotamento ou fossa séptica ligada à rede- Ceará, Nordeste e Brasil – 2016 a 2019 (%).



Fonte: PNADC/IBGE (2016 a 2019). Elaboração: IPECE.

É de extrema importância o indicador de qualidade da água nos domicílios pelo seu impacto na saúde dos seus moradores. Esse indicador expressa as condições socioeconômicas e regionais e a priorização de políticas de desenvolvimento social. A

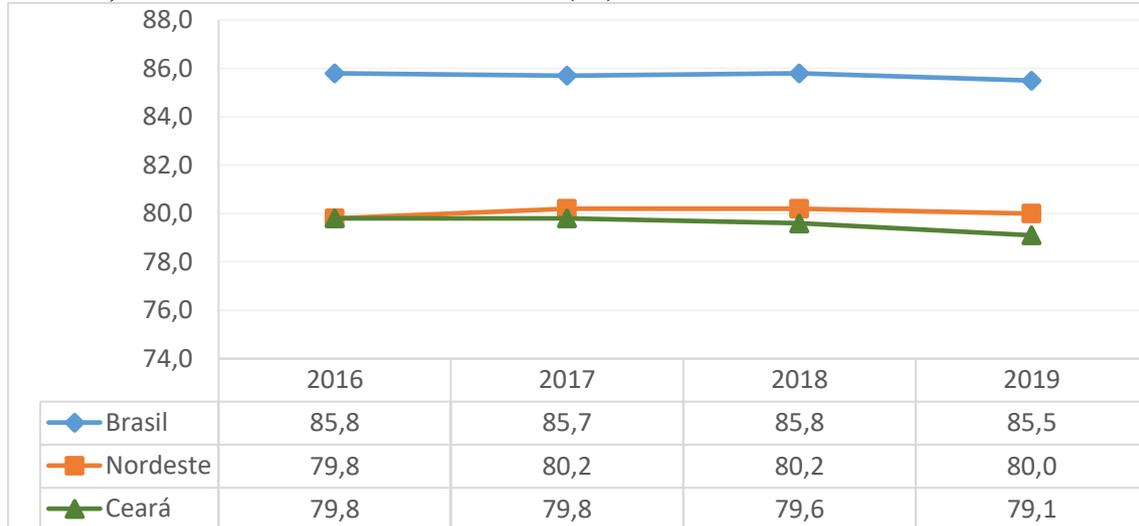
⁵ <https://ceri.fgv.br/sites/default/files/2018-10/workshop-desafios-para-o-desenvolvimento-apresentacao-joisa-dutra.pdf>

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm

⁷ O plenário da Câmara aprovou na noite do dia 11/12/2019 o texto-base do novo marco legal de saneamento básico. <https://www.camara.leg.br/noticias/625574-camara-aprova-novo-marco-do-saneamento-votacao-prosegue-na-semana-que-vem/>

universalização dos serviços de água tratada ainda constitui um desafio e tanto no Brasil, como na Região Nordeste e no Ceará, como mostra o Gráfico 2.2.

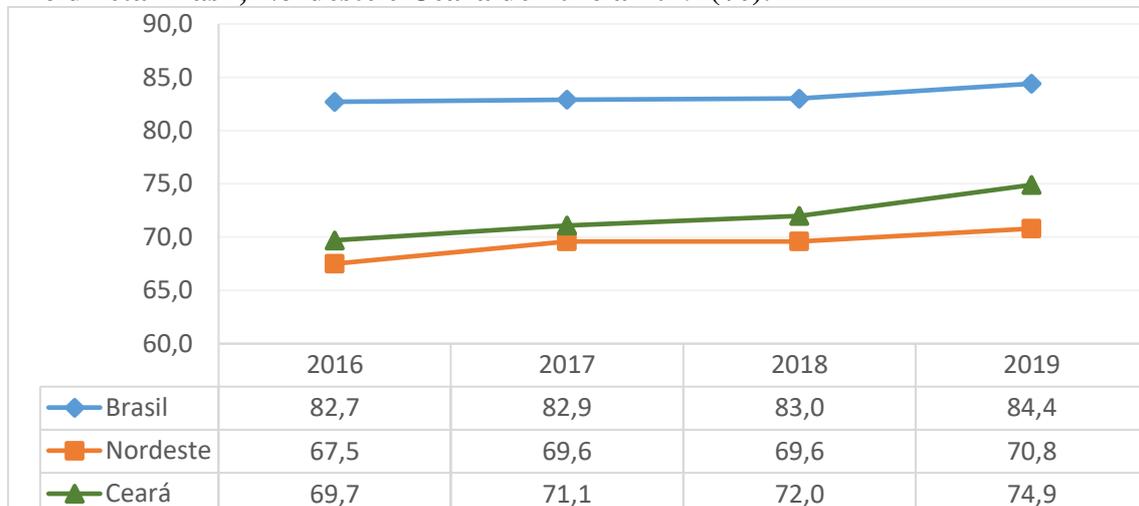
GRÁFICO 2.2: Distribuição dos domicílios com água adequada (ligado a rede geral) - Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2019 (%).



Fonte: PNADC/IBGE (2016 a 2019). Elaboração: IPECE.

Diariamente as famílias, empresas e o governo produzem toneladas de lixo. Particularmente o lixo domiciliar carece de um serviço de coleta direta na porta das moradias por uma empresa coletora responsável. Quando o domicílio não tem esse serviço, o lixo gerado, em geral, acumula-se nas calçadas das moradias ou em espaços públicos, gerando problemas sérios para o meio ambiente e saúde humana. O gráfico a seguir mostra que em 2016, 69,7% dos domicílios cearenses possuíam seu lixo coletado por uma empresa especializada diretamente, em 2019, esta mesma proporção aumenta chegando a 74,9%, taxa superior a encontrada na região nordeste de 70,8%.

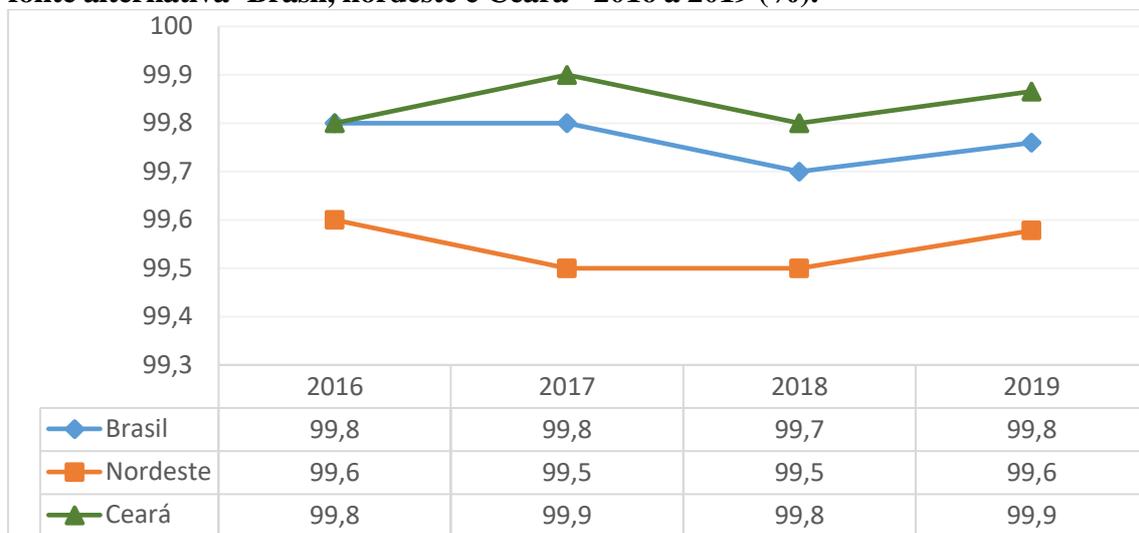
GRÁFICO 2.3: Distribuição de domicílios particulares e permanentes com coleta de lixo direta Brasil, Nordeste e Ceará de 2016 a 2019 (%).



Fonte: PNADC/IBGE (2016 a 2019). Elaboração: IPECE.

Diferentemente do setor de saneamento, o elétrico está quase universalizado no Brasil. Nesse contexto, 99,9% dos domicílios cearenses tinham energia elétrica proveniente da rede geral ou fonte alternativa em 2019, como mostra o Gráfico 2.4. Vale salientar que, apesar da universalização, um estudo do Ceri/FGV⁸ de 2018 mostrou que a provisão adequada desse serviço ainda é um desafio no Brasil como um todo, tanto pelo elevado consumo de energia demandado, quanto pela necessidade contínua de manutenção e melhoria das instalações, que importam em custos expressivos aos municípios, representando a segunda maior despesa.

GRÁFICO 2.4: Distribuição dos domicílios com energia elétrica ligada a Rede geral ou fonte alternativa- Brasil, nordeste e Ceará - 2016 a 2019 (%).



Fonte: PNADC/IBGE (2016 a 2019). Elaboração: IPECE.

2.3 Posse de bens e serviços

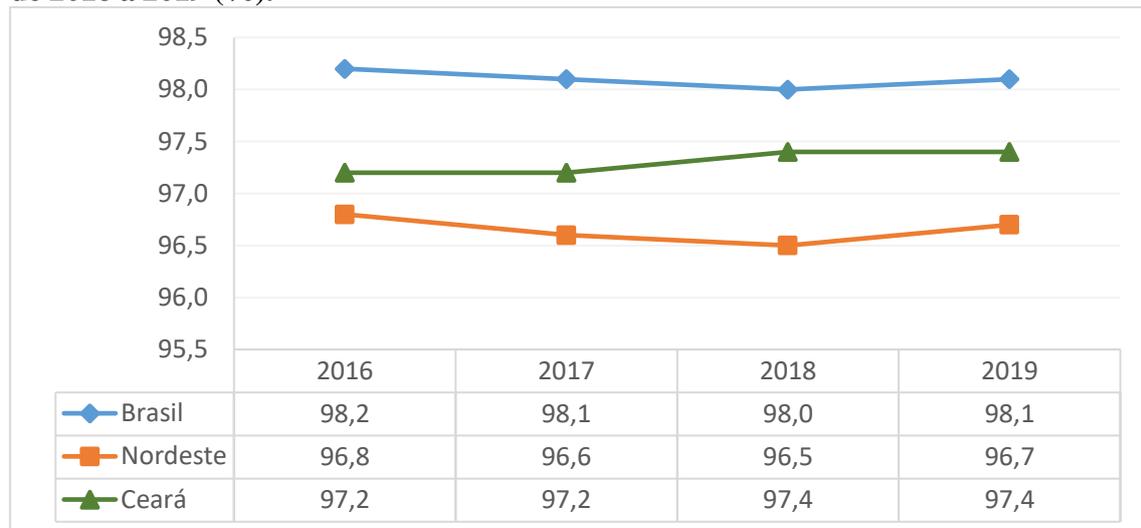
Nesta seção destaca-se a análise dos indicadores que dizem respeito à posse de bens domésticos, geladeira, máquina de lavar roupa e bens de transporte, tais como motocicleta e carro. A importância da análise de tais indicadores consiste na classificação de domicílios com relação a fatores como a inclusão social, bem como a qualidade de vida dos indivíduos que, através da posse de determinados bens, como exemplo, um meio de locomoção particular (carro ou moto), passam a ter uma disponibilidade maior de tempo para dedicar-se a outras atividades de interesse.

⁸ https://ceri.fgv.br/sites/default/files/publicacoes/2018-10/73_aspectos-regulatorios-e-desafios-da-iluminacao-publica-controversias-e-desenvolvimentos-recentes.pdf

2.3.1 Geladeira e Máquina de lavar

Os dois gráficos a seguir apresentam a proporção de domicílios que possuíam geladeira e máquina de lavar. No Brasil, em 2019 quase 100% dos domicílios possuíam uma geladeira, com mostra o Gráfico 2.5.1. Com taxa superior a do nordeste no Ceará 97,4% dos domicílios tinham esse bem. Esse indicador reflete muitas melhorias no bem-estar da população e segurança alimentar.

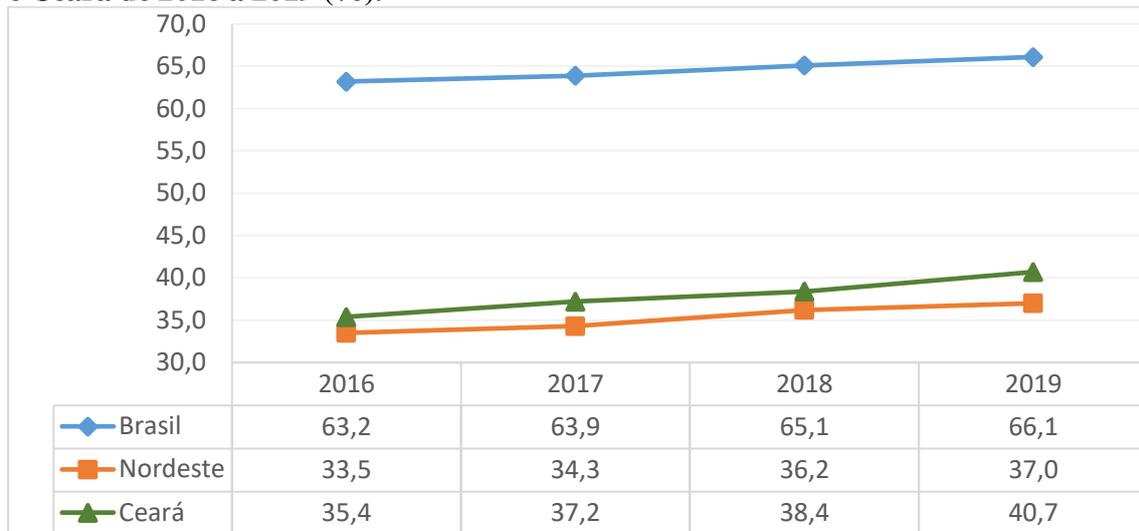
GRÁFICO 2.5.1: Distribuição dos domicílios com geladeira: Brasil, Nordeste e Ceará de 2016 a 2019 (%).



Fonte: PNADC/IBGE (2016 a 2019). Elaboração: IPECE.

Já a máquina de lavar, bem conhecido por ajudar a otimizar o tempo dos afazeres do lar, ainda não chega a estar presente em 70% dos domicílios brasileiros. Apesar da distribuição de domicílios com geladeira estar bem homogênea, nas três esferas de análise, as com máquina de lavar estão bem diferentes, sendo bem menor o resultado encontrado na Região Nordeste, não chegando a 40% dos domicílios.

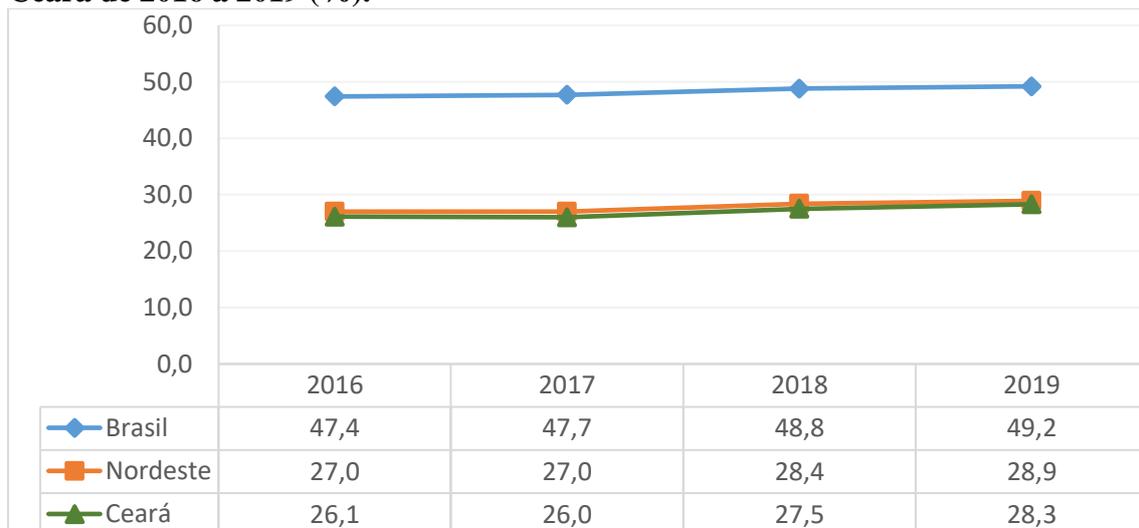
No estado, em 2019, 40,7% dos domicílios possuíam uma máquina de lavar roupa, taxa superior a da região Nordeste (37,0%) e com aumento em relação ao ano anterior bem superior ao do Brasil e Nordeste como mostra o Gráfico 2.5.2.

GRÁFICO 2.5.2: Distribuição dos domicílios com máquina de lavar - Brasil, Nordeste e Ceará de 2016 a 2019 (%).

Fonte: PNADC/IBGE (2016 a 2019). Elaboração: IPECE.

2.3.2 Automóvel e Moto

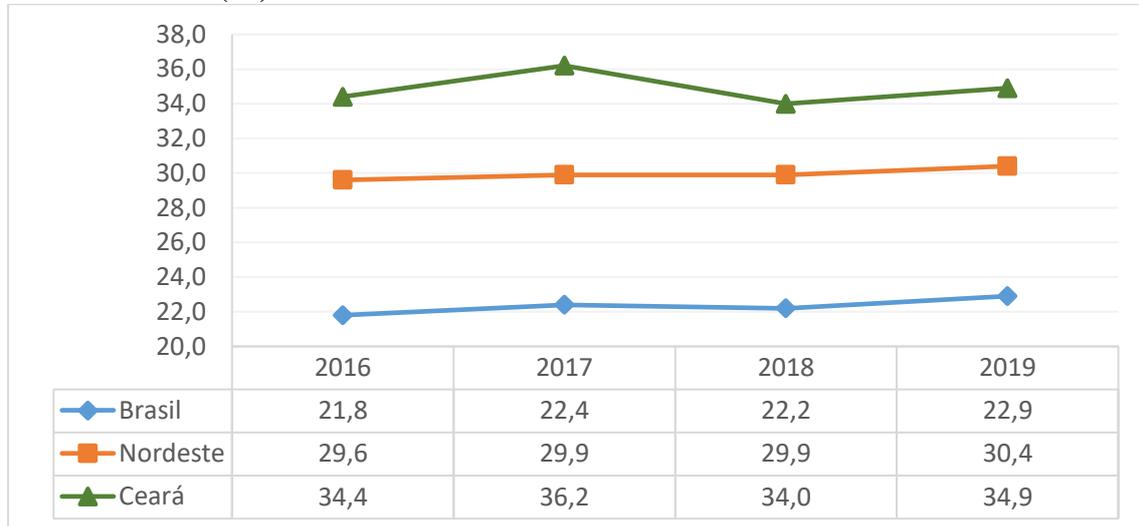
Em 2019, menos da metade dos domicílios no Brasil (49,2%) dispõe de carro, ou seja, algum dos moradores relatou ter pelo menos um bem desse. Já na região nordeste e no Ceará a cobertura não chegou a 30%. De acordo com a PNAD-Contínua, entre 2016 e 2019 o número de domicílios em que ao menos um morador possuía pelo menos um automóvel, passou de 47,4% para 49,2% no Brasil e de 26,1% para 28,3% no Ceará.

GRÁFICO 2.6.1: Distribuição dos domicílios com *automóvel* no Brasil, Nordeste e Ceará de 2016 a 2019 (%).

Fonte: PNADC/IBGE (2016 a 2019). Elaboração: IPECE.

Em relação a posse de motocicleta, entre 2016 e 2019 o número de domicílios em que ao menos um morador possuía esse bem, passou de 21,8% para 22,9% no Brasil e de 34,4% para 34,9% no Estado.

GRÁFICO 2.6.2: Distribuição dos domicílios com *moto* no Brasil, Nordeste e Ceará de 2016 a 2019 (%).



Fonte: PNADC/IBGE (2016 a 2019). Elaboração: IPECE.

De 2016 a 2019, pode-se verificar melhorias das condições domiciliares no Estado. Em termos comparativos com os dados da região Nordeste, o Estado apresentou taxas de cobertura melhor para os serviços de esgoto, coleta de lixo e energia e na posse dos quatro entre os cinco bens analisados (geladeira, máquina de lavar e motos).

3. EDUCAÇÃO

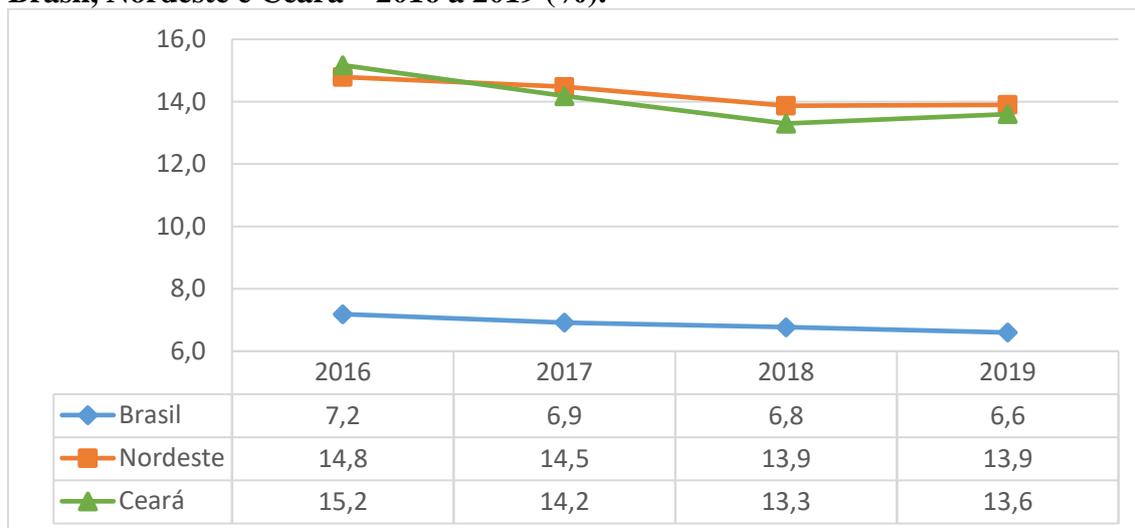
Com a mudança da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) para a PNAD-Continua, desde 2016, as informações referentes à Educação são divulgadas por meio do Suplemento de Educação que é aplicado no segundo trimestre de cada ano. Portanto, as informações aqui apresentadas fazem parte dos Suplementos de 2016 a 2019.

3.1 Analfabetismo

O primeiro indicador a ser analisado é a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Gráfico 3.1). Portanto, observa-se que, em 2016, o analfabetismo atingia 7,2% dos brasileiros, 14,8% dos nordestinos e 15,2% dos cearenses. Nota-se, ainda, que vem ocorrendo uma redução progressiva deste indicador em todas as regiões estudadas. A maior redução aconteceu no Ceará, que reduziu 1,6 pontos percentuais (p.p.) o analfabetismo, chegando, em 2019, à taxa de 13,6%, superior a taxa observada em 2018 (13,3). Uma das principais hipóteses para essa elevação é que a PNAD-Contínua trata-se de uma pesquisa amostral, não sendo apropriada para análise no curto prazo, pois ela utiliza amostras de domicílios diferentes a cada ano e, portanto, as variações registradas podem não ser significantes do ponto de vista estatístico. Sendo necessário, portanto, uma análise temporal da série para compreensão melhor do fenômeno em questão.

Embora tenha apresentado taxas inferiores ao Nordeste (13,9%), em 2019, o estado do Ceará ainda se encontra com taxas de analfabetismo bastante elevadas, exibindo mais que o dobro da taxa nacional (6,6%). Em números absolutos, são mais de 978 mil cearenses que não sabem ler e escrever no estado.

GRÁFICO 3.1: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade– Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2019 (%).



Fonte: Suplemento Educação/PNADC (2016 a 2019) /IBGE Elaboração: IPECE.

É importante lembrar que a baixa escolaridade e as altas taxas de analfabetismo da população brasileira ainda são reflexos de problemas estruturais históricos, que impediram o acesso de milhões de pessoas ao sistema público de ensino. De modo que a grande quantidade de analfabetos no país é explicada pela manutenção de indivíduos que, em décadas passadas, tiveram maiores restrições de acesso à escola e a um ensino público de qualidade. Porém, outro problema ainda existe, a reposição de “novos analfabetos”.

Sendo assim, o estoque de analfabetos na sociedade é caracterizado, por um lado, por gerações mais velhas que não tiveram oportunidades de acesso ao sistema de ensino e, por outro, pela reposição por parte da população mais jovem que não foi alfabetizada adequadamente.

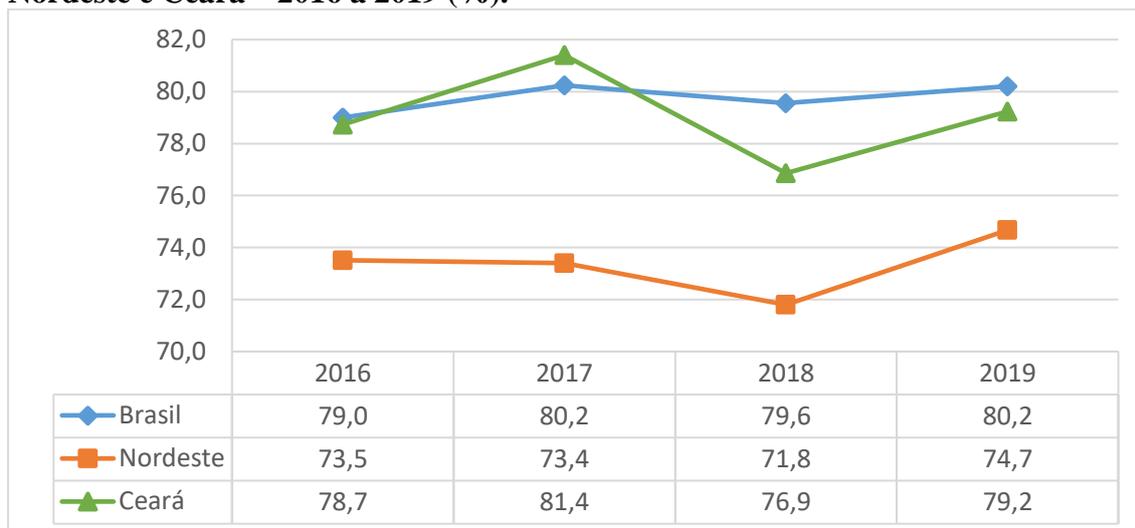
Partindo desse raciocínio, uma das principais vias para erradicar o analfabetismo é assegurar o acesso de todas as crianças em idade escolar à escola e, também, garantir que elas sejam escolarizadas adequadamente, evitando que elas, no futuro, venham a fazer parte do grupo de analfabetos do país.

Apesar das conquistas alcançadas nos últimos anos, especialmente, na universalização da educação básica, problemas relacionados à qualidade do ensino ofertado pelas escolas públicas brasileiras ainda são um gargalo importante a ser superado.

De acordo com informações do PNADC/IBGE, em 2019, cerca de 99,9% das crianças de 6 a 9 anos frequentavam escola ou creche no Brasil. Contudo, como mostra o

Gráfico 3.2, a taxa de alfabetização dessas crianças, no Brasil, Nordeste e Ceará, estava em torno de 80,2%, 74,7% e 79,2%, respectivamente, em 2019. O que significa que 19,8%, 25,3% e 20,8% da população de 6 a 9 anos de idade no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente, ainda não sabiam ler nem escrever, mesmo matriculadas na escola ou creche.

GRÁFICO 3.2: Taxa de alfabetização das pessoas de 6 a 9 anos de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2019 (%).

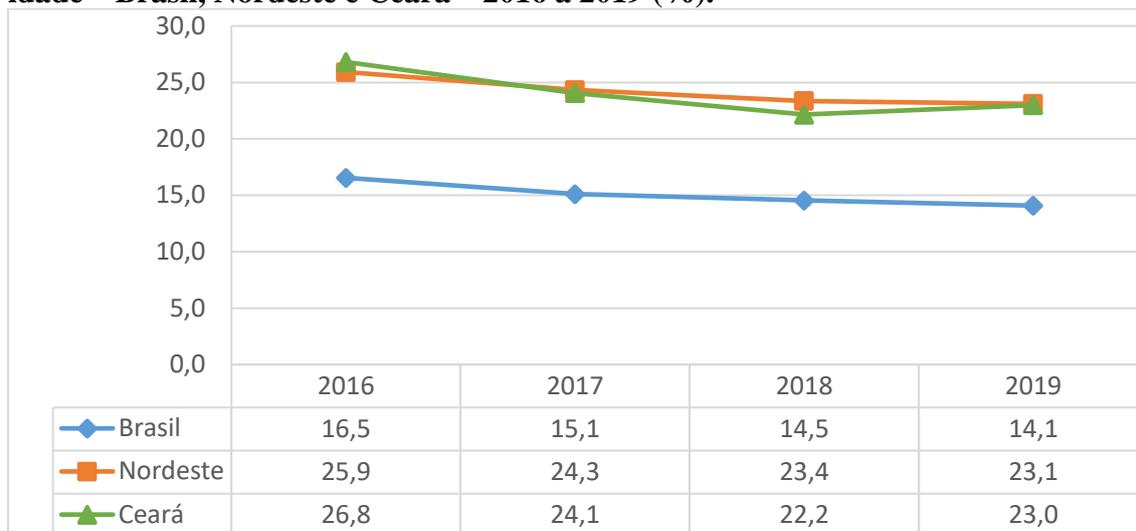


Fonte: Suplemento Educação/PNADC (2016 a 2019) /IBGE Elaboração: IPECE.

O Ceará tem investido nessa temática desde 2007, com a criação do Programa Alfabetização na Idade Certa, que visa alfabetizar as crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental.

O Gráfico 3.3 apresenta outro indicador que mostra a situação do analfabetismo da população – a Taxa de Analfabetismo Funcional – que é calculado pelo percentual de pessoas com menos de quatro anos de estudos completos entre a população de 15 anos ou mais de idade. Nota-se que apesar da redução do analfabetismo funcional ao longo dos anos, a proporção de pessoas nessa situação ainda é relativamente elevada para todas as regiões analisadas. Por exemplo, no Brasil, em 2019, 14,1% da população ainda se encontravam nessa situação, sendo que grande parte delas são residentes na Região Nordeste (23,1% da população nordestina).

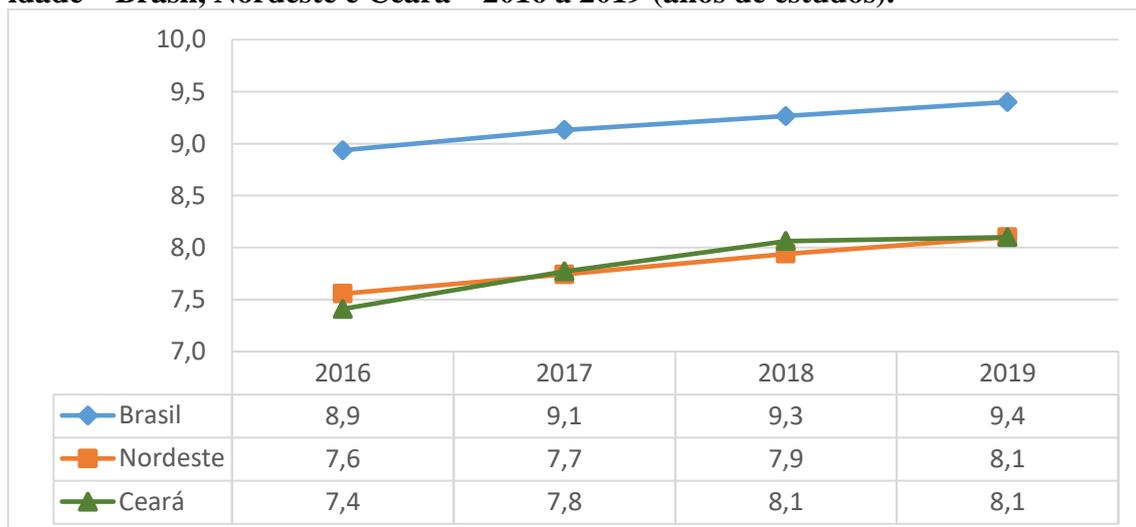
Considerando a população cearense, entre 2016 e 2019, a taxa de analfabetismo funcional caiu de 26,8% para 23%, uma redução de 14,2%, como pode ser observado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 3.3: Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2019 (%).

Fonte: Suplemento Educação/PNADC (2016 a 2019) /IBGE Elaboração: IPECE.

3.2. Escolaridade média

Em relação à evolução dos anos de estudos da população adulta (25 anos ou mais de idade), observa-se que a escolaridade média dos nordestinos e dos cearenses é menor que a média brasileira. Em 2019, a escolaridade média de um brasileiro era de 9,4 anos de estudos, enquanto dos nordestinos e cearenses estava em torno de 8,1 anos, sendo que o Ceará, entre 2018 e 2019, não apresentou variação. (Gráfico 3.4).

GRÁFICO 3.4: Número médio de anos de estudos das pessoas de 25 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2019 (anos de estudos).

Fonte: Suplemento Educação/PNADC (2016 a 2019) /IBGE Elaboração: IPECE.

Considerando por nível de instrução concluído, ou seja, Sem Instrução, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior (incompleto e completo), observa-se que

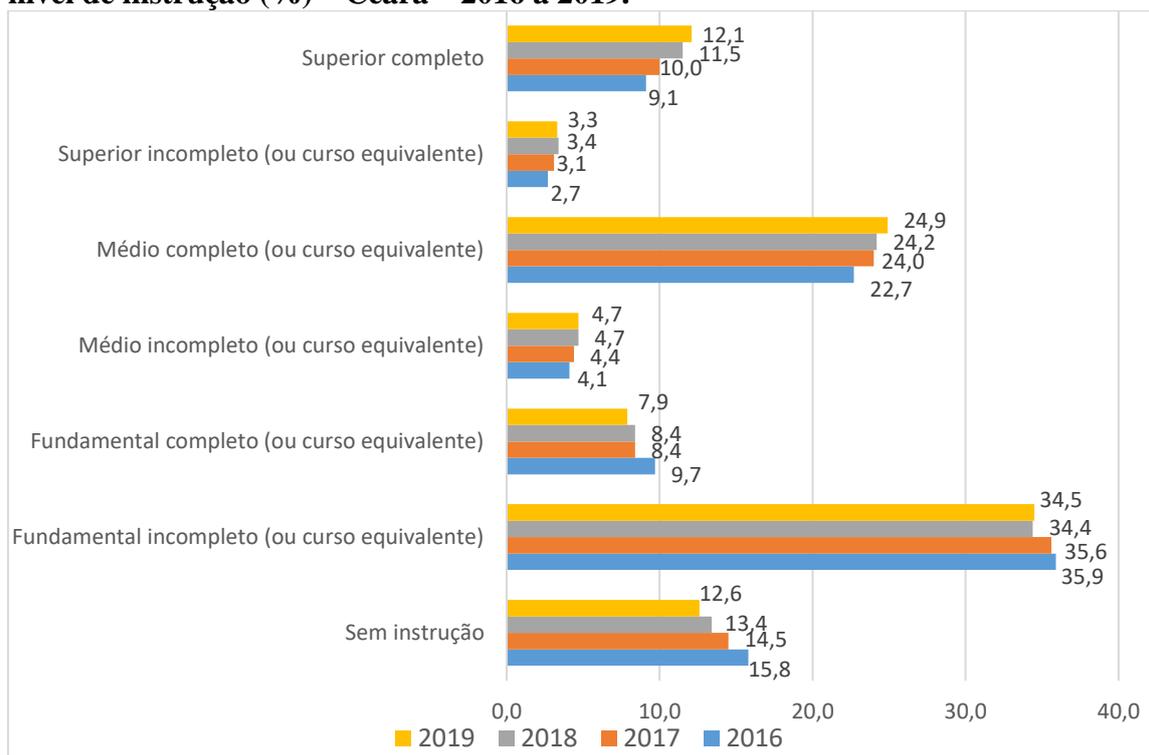
a proporção de pessoas sem instrução, ou com menos de 1 ano de estudo (12,6%), é superior aos que concluíram o Ensino Superior (12,1%) no Ceará.

A proporção de cearenses que concluiu a educação básica obrigatória no Brasil, ou seja, concluíram no mínimo o Ensino Médio⁹, chegou a 40,3%, em 2019, ou seja, menos da metade da população cearense completou o ciclo obrigatório.

Contudo, mesmo no curto prazo, nota-se o aumento da proporção de pessoas com Ensino Superior completo no estado que passou de 9,1%, em 2016, para 12,1%, em 2019.

Da população que não havia concluído a educação básica, em 2019, 12,6% não tinham nenhuma instrução, 34,5% possuíam Ensino Fundamental incompleto, 7,9% com Ensino Fundamental completo e 4,7%, o Ensino Médio incompleto. Apesar dos avanços, mais de 60% dos cearenses de 25 anos ou mais não haviam completado a educação básica, em 2019.

GRÁFICO 3.5: Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução (%) – Ceará – 2016 a 2019.



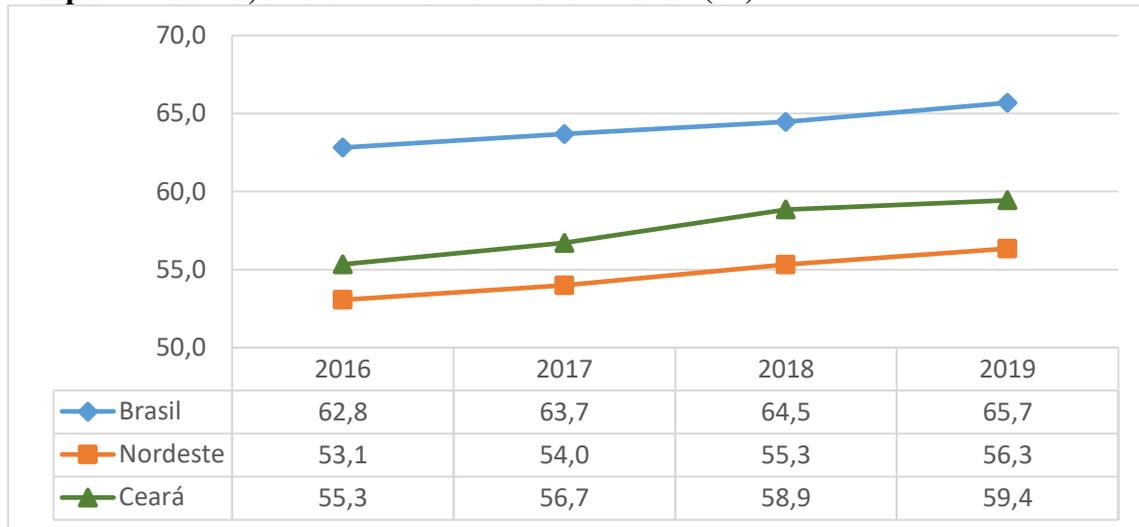
Fonte: Suplemento Educação/PNADC (2016 a 2019) /IBGE Elaboração: IPECE.

A tendência é que este cenário mude a partir das oportunidades dadas as novas gerações, o Gráfico 3.6, mostra a proporção da população de 15 anos ou mais que, no

⁹ Representa a soma [Superior Completo (12,1%) + Superior Incompleto (3,3%) + (Ensino Médio Completo (24,9%)]

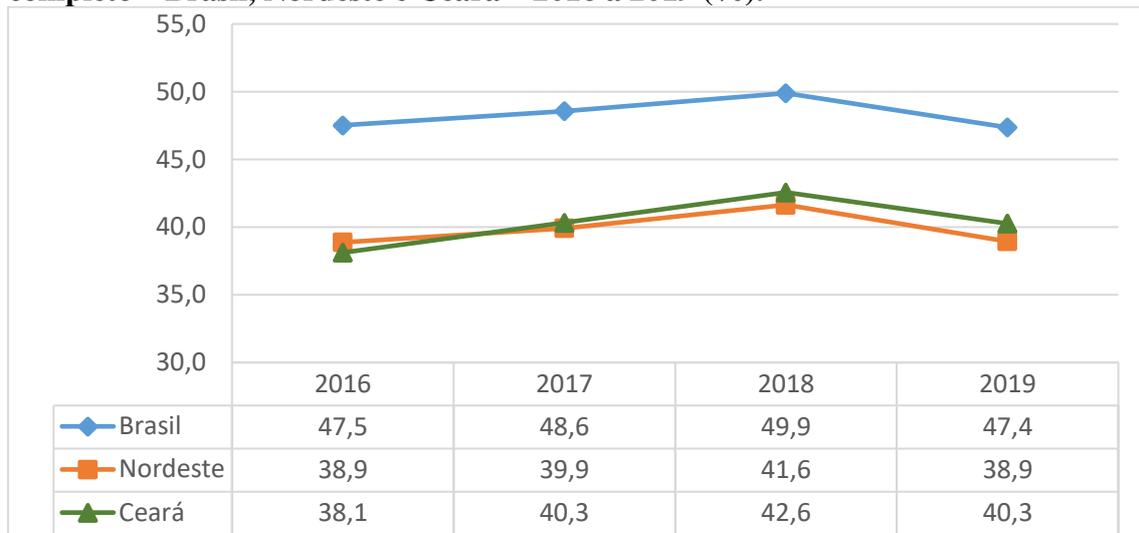
mínimo, concluiu o Ensino Fundamental. Nota-se que este indicador vem crescendo de forma contínua para as três regiões analisadas, sendo que o Ceará cresceu mais, cerca de 4,1 p.p, passando de 55,3%, em 2016, para 59,4%, em 2019. E no Brasil e no Nordeste, o crescimento foi de 2,9 e 3,3 p.p, respectivamente, alcançando os valores de 65,7% e 56,3% no último ano de análise.

GRÁFICO 3.6: População de 15 anos ou mais com pelo menos o ensino fundamental completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2019 (%).



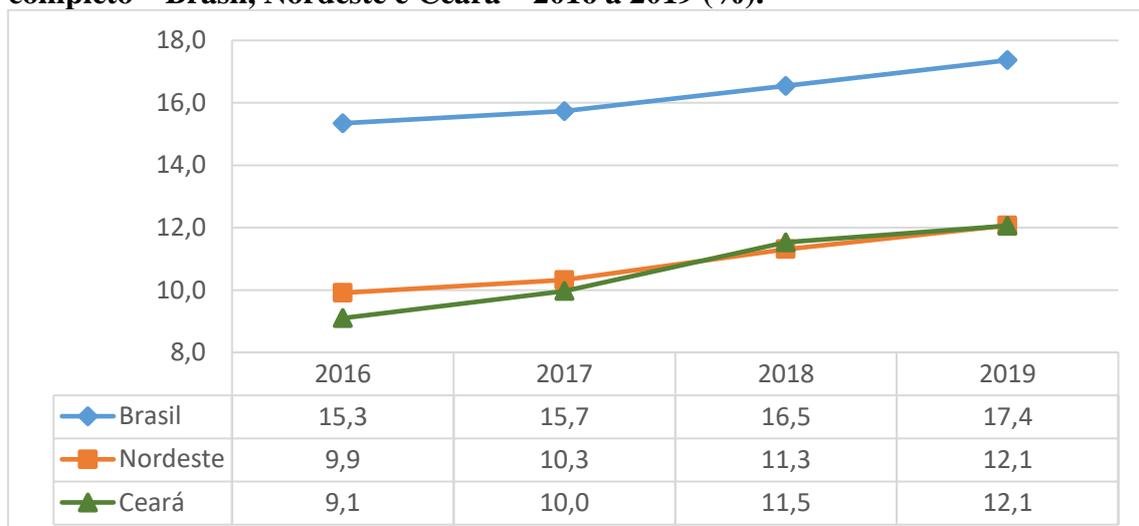
Fonte: Suplemento Educação/PNADC (2016 a 2019) /IBGE Elaboração: IPECE.

No Gráfico 3.7, são expostos os resultados referentes àqueles que completaram, no mínimo, o Ensino Médio da população de 19 anos ou mais. Não muito diferente dos demais indicadores, os valores apresentados pela Região Nordeste e o estado do Ceará são muito próximos. E a taxa de conclusão do Ensino Médio apresentou uma evolução positiva até 2018, nas regiões analisadas. Porém, em 2019, ocorreu uma redução, chegando a 47,4% para o Brasil, 38,9% no Nordeste e 40,3% no Ceará.

GRÁFICO 3.7: População de 19 anos ou mais com pelo menos o ensino médio completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2019 (%).

Fonte: Suplemento Educação/PNADC (2016 a 2019) /IBGE Elaboração: IPECE.

O Gráfico 3.8 apresenta o percentual da população de 25 anos ou mais que já havia concluído o Ensino Superior. O percentual de brasileiros com nível superior completo passou de 15,3% em 2016, para 17,4%, em 2019. No entanto, ao desagregar as informações em diferentes territórios, como mostram os dados, a desigualdade educacional ainda é persistente e considerável, sobretudo, em relação a regiões pobres como o Nordeste e o estado do Ceará. Como o gráfico mostra, em 2019, no Nordeste e no Ceará, a proporção da população adulta com Ensino Superior era de somente 12,1%, bem abaixo da média nacional.

GRÁFICO 3.8: População de 25 anos ou mais com pelo menos o Ensino Superior completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2019 (%).

Fonte: Suplemento Educação/PNADC (2016 a 2019) /IBGE Elaboração: IPECE.

3.3. Taxa de escolarização

No Brasil, desde meados da década de 1990, importantes avanços foram observados em relação à expansão educacional em todas as Unidades Federativas do Brasil. Neste período, o Ensino Fundamental foi praticamente universalizado e houve uma significativa expansão do número de vagas ofertadas para o Ensino Médio. No entanto, a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos só foi colocada como lei em 2013, através da Lei nº 12.796, de modo a garantir que o Estado forneça gratuitamente educação para todos os brasileiros nessa faixa de idade.

Assim, é dever do Estado ofertar vagas escolares para crianças de 4 anos, ou da pré-escola, até a conclusão da educação básica, ou seja, do Ensino Médio. Tais iniciativas de expansão educacional garantem não somente maior acesso da população mais pobre ao sistema de ensino, proporcionando-lhes maior escolaridade, mas também torna o país mais competitivo no cenário internacional, por ter à disposição um estoque de capital humano mais qualificado.

Posto isso, a Tabela 3.1 apresenta informações referente à taxa de escolarização no Brasil, Nordeste e Ceará, sem considerar a etapa de ensino frequentada pelo estudante. Em 2019, mais de 2,5 milhões de cearenses frequentavam alguma instituição de ensino no Ceará. Entre as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de frequência estava em torno de 32,2%, proporção superior ao Nordeste (31,3), mas inferior ao observado no Brasil (35,6).

Enquanto a taxa de frequência das crianças de 4 a 5 anos, faixa correspondente à frequência da pré-escola, foi de 97% no Ceará, em 2019. Mostrando-se um desempenho melhor que o Brasil (92,9) e a Região Nordeste (95,8). Para a população de 6 a 14 anos, a universalização foi praticamente alcançada para as três regiões, chegando a 99,7% no Brasil e no Ceará e a 99,6% no Nordeste.

A taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos foi de 89,2%, 88% e 88,4%, no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente. O Ceará apresentou a maior variação entre as regiões analisadas no período. A frequência escolar deste grupo cresceu, 5,8 p.p. entre 2016 e 2019. Da população de 18 a 24 anos, a taxa de frequência, em 2019, foi de 32,4%, 32% e 30,6%, no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente. E, para os de 25 anos ou mais, a taxa de frequência no Brasil, Nordeste e Ceará foi de 4,5, 4,5% e 4,4%, respectivamente.

TABELA 3.1: Taxa de escolarização, segundo grupos de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2019 (%).

Abrangência geográfica	Ano	0-3 anos	4-5 anos	6-14 anos	15-17 anos	18-24 anos	25 anos ou +
Brasil	2016	30,4	90,2	99,2	87,2	32,8	4,2
	2017	32,7	91,7	99,2	87,2	31,7	4,3
	2018	34,2	92,4	99,3	88,2	32,7	4,6
	2019	35,6	92,9	99,7	89,2	32,4	4,5
Nordeste	2016	27,2	94,2	99,0	86,0	31,1	4,4
	2017	28,7	94,8	99,0	86,1	30,4	4,3
	2018	30,6	95,4	99,2	86,9	31,5	4,7
	2019	31,3	95,8	99,6	88,0	32,0	4,5
Ceará	2016	34,0	96,8	98,7	82,6	26,5	4,2
	2017	33,0	97,8	98,7	86,2	26,8	4,3
	2018	34,9	97,4	99,5	87,4	27,4	4,9
	2019	32,2	97,0	99,7	88,4	30,6	4,4

Fonte: Suplemento Educação/PNADC (2016 a 2019) /IBGE Elaboração: IPECE.

Pelas informações apresentadas até aqui, observa-se que os indicadores de frequência escolar veem melhorando, mas a reprovação e o abandono ainda são altos, refletindo diretamente no atraso escolar e no índice distorção idade-série. Na próxima tabela, são analisadas a taxa de frequência escolar ajustada ou taxa de frequência líquida, que é calculada pela razão entre o número de estudantes com idade prevista para estar cursando uma determinada etapa de ensino (incluindo também aquelas que já concluíram pelo menos essa etapa) pela população total na mesma faixa etária¹⁰.

As duas primeiras colunas da Tabela 3.2 estão relacionadas a crianças que frequentam o Ensino Fundamental que foi dividido em duas etapas – de 6 a 10 anos de idade, anos iniciais (até o 5º ano) e de 11 a 14 anos, anos finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental. Das crianças de 6 a 10 anos frequentando a primeira etapa do Ensino Fundamental, observa-se uma melhora no período para todas as regiões analisadas. No Ceará, em 2019, 96,6% das crianças nessa faixa etária se encontravam na etapa ideal. No entanto, quando analisada a frequência ajustada dos estudantes de 11 a 14 anos, que deveriam frequentar os anos finais do Ensino Fundamental, cai para 90,0%. Porém, o desempenho do Ceará ainda foi superior ao Brasil e ao Nordeste, que exibiram taxas inferiores a 90%.

Em 2019, a taxa de escolaridade líquida do Ensino Médio entre a população de 15 a 17 anos no Brasil estava em torno de 71,4%, enquanto o Nordeste apresentou taxas bem abaixo da média nacional (63,3%). Por sua vez, no Ceará, observa-se que houve um

¹⁰ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf

significativo crescimento no período analisado. O percentual de adolescentes que frequentavam o Ensino Médio cresceu de 67,6% para 74,2%, o que configura um aumento de 6,6 p.p entre 2016 e 2019, como pode ser observado na Tabela 3.2.

Para a faixa etária de 18 a 24 anos de idade, o ideal seria que estes jovens estivessem frequentando o ensino superior, caso concluíssem a educação básica na idade adequada e tivessem a oportunidade de ingressarem na universidade. Contudo, o atraso e a evasão escolar já são bem visíveis nos anos finais do Ensino Fundamental e se agrava ainda mais no Ensino Médio, fazendo com que muitos dos jovens nessa faixa de idade, não frequentem mais a escola ou estejam atrasados.

Em 2019, como visto anteriormente, no Ceará, a taxa de frequência escolar desses jovens, independente da etapa de ensino que frequentavam, era de 30,6% (Tabela 3.1), no entanto, somente 22,9% desses jovens frequentavam o ensino superior ou haviam completado esse nível de ensino, como pode ser observado na Tabela 3.2.

TABELA 3.2: Taxas ajustadas de frequência escolar líquida – Brasil, Nordeste e Ceará (em %) – 2016 a 2019 (%).

Abrangência geográfica	Ano	6 a 10 - Anos iniciais do EF	11 a 14 - Anos finais do EF	15 a 17 - EM	18 a 24 - ES
Brasil	2016	95,0	84,7	68,2	23,9
	2017	95,5	85,9	68,5	23,2
	2018	96,1	86,7	69,3	25,2
	2019	95,8	87,5	71,4	25,5
Nordeste	2016	95,2	80,6	59,2	17,6
	2017	95,3	82,0	60,7	16,8
	2018	95,7	83,4	61,3	19,2
	2019	95,8	84,3	63,3	19,5
Ceará	2016	95,8	88,2	67,6	17,5
	2017	96,2	89,0	68,6	18,3
	2018	97,1	90,5	73,4	20,0
	2019	96,6	90,0	74,2	22,9

Fonte: Suplemento Educação/PNADC (2016 a 2019) /IBGE Elaboração: IPECE.

As informações aqui apresentadas mostraram que mudanças significativas na área educacional vêm ocorrendo no cenário nacional, regional e local nos últimos anos. Observamos que tem havido um esforço por parte do poder público para aumentar a cobertura escolar e a qualidade do ensino ofertado aos brasileiros. No entanto, os desafios ainda são muitos, ainda existe um longo caminho que precisa ser percorrido e superado para que todos tenham de fato acesso à educação de qualidade e gratuita.

Um dos grandes desafios, em termos de políticas educacionais, é garantir a permanência das crianças e adolescentes na escola, por reduzir a taxa de evasão e abandono escolar, sobretudo, nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

E foi com o objetivo de melhorar a situação educacional do Brasil que o Governo Federal instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência entre 2014-2024. Dentre as principais metas, destaca-se: a universalização da Educação Básica de 4 a 17 anos de idade; que pelo menos 95% dos alunos concluam o Ensino Fundamental com menos de 15 anos de idade; aumentar para 85% a taxa líquida de frequência do Ensino Médio da população de 15 a 17 anos; elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos para, no mínimo, doze anos de estudos; erradicar o analfabetismo absoluto no país e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional e; melhoria qualidade do ensino ofertado pelas escolas públicas.

As metas estabelecidas pelo PNE são ambiciosas e vão exigir esforços sincronizados entre as diferentes esferas administrativas do poder público e da sociedade, sobretudo, em regiões mais pobres, como o Nordeste e o Ceará.

4. MERCADO DE TRABALHO

Nesta seção da Síntese dos Indicadores Sociais, apresentamos indicadores relacionados ao mercado de trabalho cearense. Seguindo as seções anteriores, os indicadores são calculados para o Ceará, Nordeste e Brasil. O objetivo é apresentar o comportamento da dinâmica de mercado de trabalho no estado do Ceará, comparando-a com as dinâmicas regionais e a nacional.

Dentre os indicadores calculado estão: i) a proporção da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho; ii) a proporção da população de 14 anos ou mais de idade desalentada; iii) a proporção da população de 14 anos ou mais de idade desocupada; iv) a proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada informalmente; v) o rendimento médio real habitual do trabalho principal para a população ocupada. Alguns desses indicadores são cruzados com informações adicionais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) como faixa etária e nível de escolaridade. Diferentemente de edições anteriores, os indicadores apresentados são provenientes somente da PNADC no período de 2012 a 2019.

Vale salientar também que dentro do período de análise (2012 – 2019), o país enfrentou um processo muito forte de desaceleração econômica que muito provavelmente se refletiu nos indicadores de mercado de trabalho cearense. Os anos de 2012 a 2014 podem ser considerados como o período pré-crise econômica. Já os anos de 2015 a 2016 são considerados os anos de crise econômica, quando a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto no Ceará se mostrou negativa. Os anos de 2017 e 2019 são considerados os anos de retomada do crescimento econômico no estado, ou seja, o período pós-crise econômica.¹¹

4.1 População Fora da Força de Trabalho

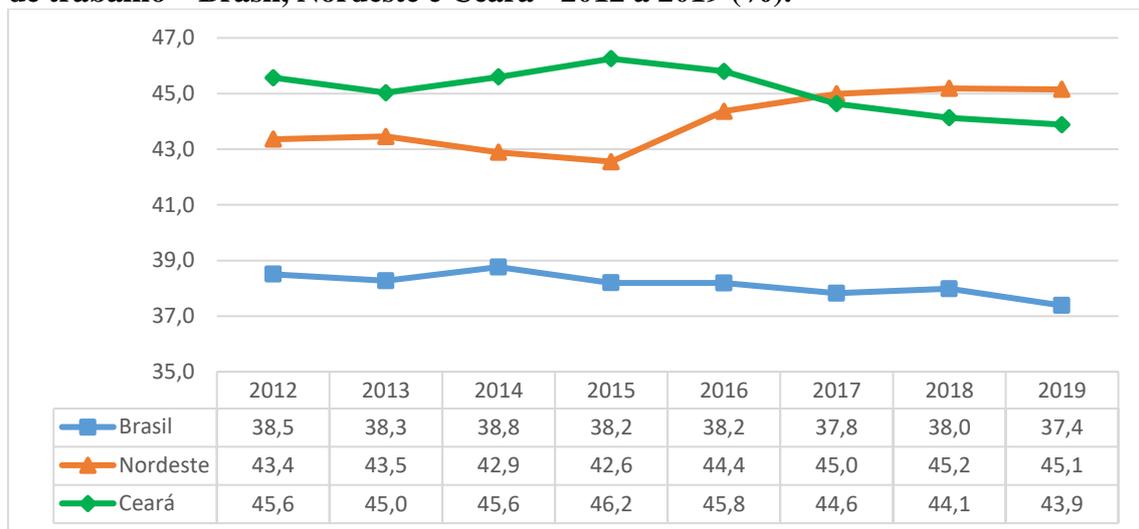
A força de trabalho compreende a população ocupada e desocupada na semana de referência, ou seja, a população ativa no mercado de trabalho. Já a população fora da força de trabalho é o complemento da população ocupada e desocupada na semana de referência. Esse grupamento populacional inclui pessoas inativas no mercado de trabalho

¹¹ Para maiores detalhes sobre o comportamento dos principais indicadores econômicos durante a crise econômica, acesse os Indicadores Econômicos do Ceará 2017 no link: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/02/Indicadores_Economicos_2013_a_2017.pdf

(por exemplo, aposentados), bem como pessoas que possuem potencial de se transformarem em força de trabalho.

O Gráfico 4.1 apresenta o comportamento da proporção da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho no Ceará, Nordeste e Brasil. Em 2012, o Ceará apresentava um percentual de 45,6% de pessoas de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho. Esse percentual saltou para 46,2% em 2015, durante a crise econômica, e retrocedeu para 43,9% em 2019. Note que entre 2012 e 2019, houve uma redução de 1,7 p.p., fazendo com que o Ceará permanecesse abaixo da média regional (45,1%). No entanto, o Ceará está 6,5 p.p. acima da média nacional (37,4%) em 2019. Ou seja, no período de retomada do crescimento econômico no Ceará, houve um aumento da força de trabalho no mercado de trabalho cearense.

GRÁFICO 4.1: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019 (%).



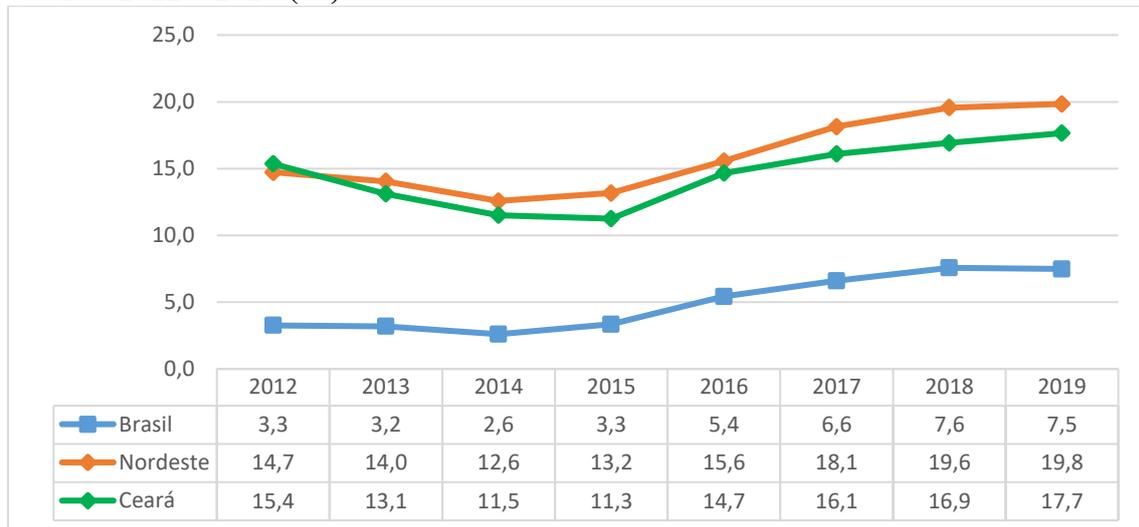
Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

Um subgrupo importante da população fora da força de trabalho é aquela que compõe a força de trabalho potencial. Segundo o IBGE, a força de trabalho potencial é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, portanto estavam fora da força de trabalho, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. Este contingente é formado por dois grupos:

- i. pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência;
- ii. pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

O Gráfico 4.2 mostra como a proporção da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho, mas classificadas como força de trabalho potencial, se comportou ao longo dos anos.

GRÁFICO 4.2: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho, mas classificadas como força de trabalho potencial – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019 (%).



Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

No Gráfico 4.2, percebe-se que no período pré-crise econômica, a força de trabalho potencial era decrescente no Ceará, muito provavelmente por causa da elevada absorção de mão-de-obra no mercado de trabalho do estado. O percentual era de 15,4 em 2012, passando para 11,3%, em 2015. Durante a crise econômica, o percentual saltou para 14,7%, em 2016. No período pós-crise econômica, o indicador continuou crescendo e alcançou 17,7, em 2019. Isso significou um crescimento de 2,3 p.p. entre 2012 e 2019 na proporção da população de 14 anos ou mais fora da força de trabalho, mas com potencial de se inserir no mercado de trabalho cearense.

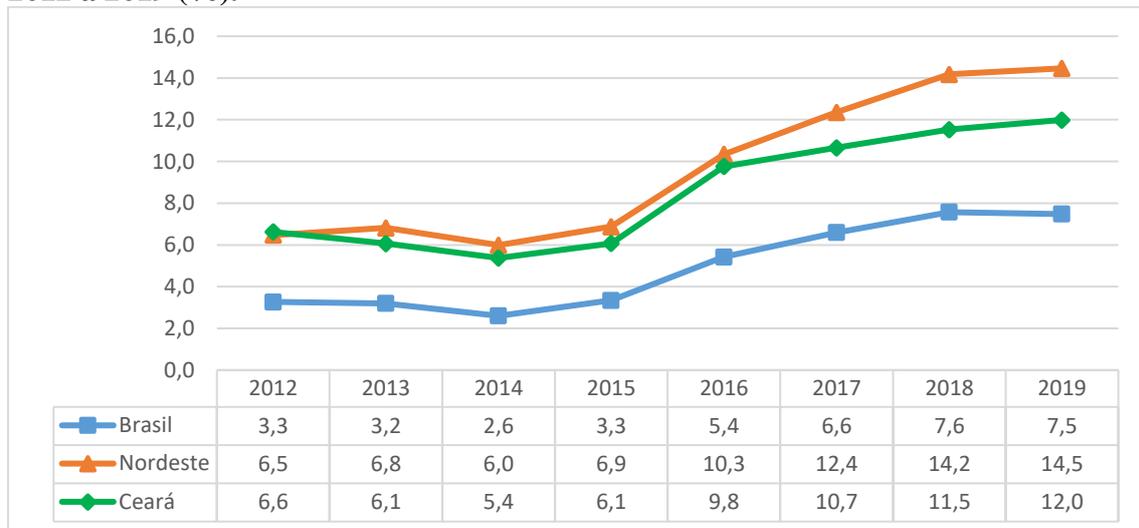
O gráfico mostra ainda que o mesmo comportamento do indicador observado para o Ceará, também foi observado para o Nordeste e Brasil. Em 2019, o Ceará apresentou um percentual (17,7%) abaixo da média regional (19,9%), mas acima da média nacional (7,5%).

Parte do comportamento da força de trabalho potencial é explicada pela dinâmica observada na população desalentada, ou seja, aquele subgrupo da força de trabalho potencial que desistiu de procurar emprego. Segundo o IBGE, a população desalentada inclui pessoas fora da força de trabalho na semana de referência que estavam disponíveis para assumir um trabalho na semana de referência, mas não tomaram providência para

conseguir trabalho no período de referência de 30 dias por não ter conseguido trabalho adequado, não ter experiência profissional ou qualificação, não haver trabalho na localidade em que residia ou não conseguiu trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso.

O Gráfico 4.3 mostra a proporção da população de 14 anos ou mais de idade pertencente à força de trabalho, mas classificada como desalentada.

GRÁFICO 4.3: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade pertencente à força de trabalho, mas classificada como desalentada – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019 (%).



Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

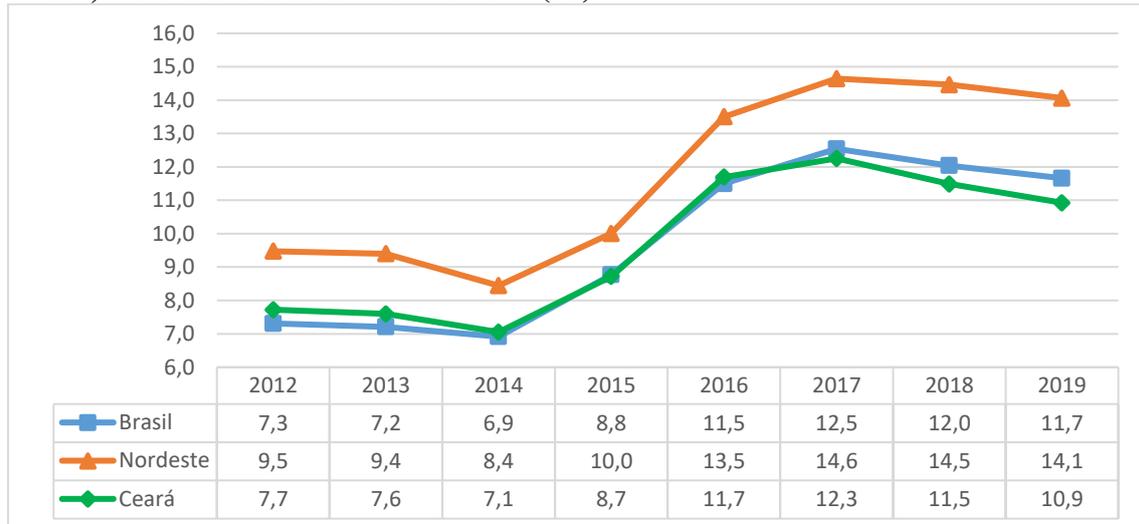
No Gráfico 4.3, a população desalentada era decrescente no período pré-crise econômica, cujo percentual saiu de 6,6% para 5,4% entre 2012 e 2014. Durante a crise econômica, o percentual saltou para 9,8% em 2016. No período pós-crise econômica, o indicador continuou crescendo e alcançou 12% em 2019. Isso significou um crescimento de 5,4 p.p. na proporção da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho, mas classificada como desalentada no Ceará. Apesar da retomada do crescimento econômico no Ceará, o período pós-crise econômica ainda traz reflexos negativos da desaceleração econômica sofrida entre 2015 e 2016.

Embora a parcela da população fora da força de trabalho tenha sido reduzida no período pós-crise econômica, a força de trabalho potencial e a população desalentada cresceram no Ceará indicando que o mercado de trabalho ainda não apresenta uma dinâmica de absorção de mão-de-obra como observada no período pré-crise econômica. Esse aspecto da dinâmica do mercado de trabalho fica claro na subseção seguinte que trata da taxa de desocupação.

4.2 População Desocupada

O indicador de mercado de trabalho que mais reflete os efeitos da crise econômica recente no Ceará é a taxa de desocupação. Esse indicador é a proporção da população desocupada com respeito à força de trabalho. O Gráfico 4.4 apresenta a taxa de desocupação para o Ceará, Nordeste e Brasil no período de 2012 a 2019.

GRÁFICO 4.4: Proporção da população desocupada (14 anos ou mais de idade) – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019 (%).

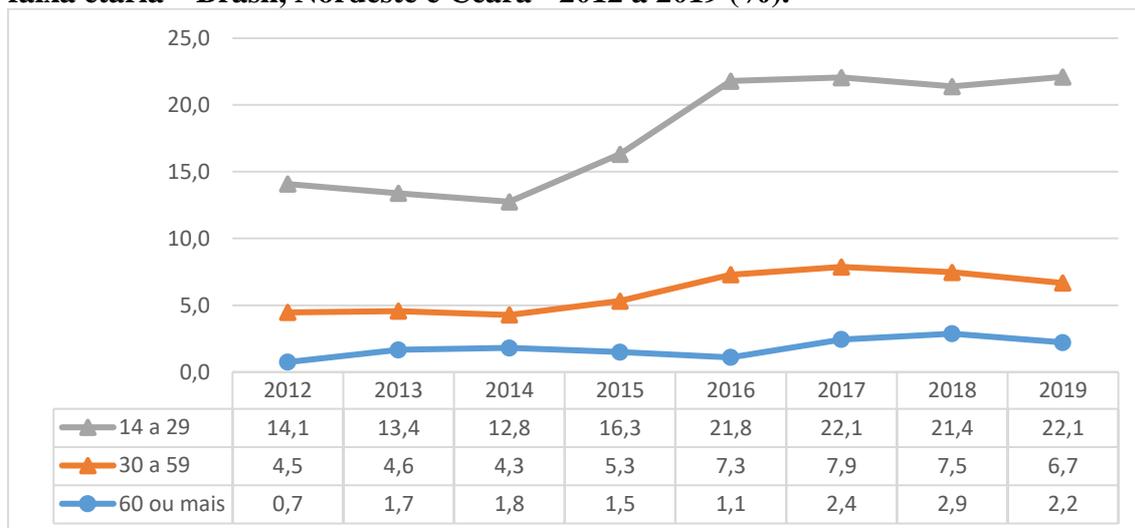


Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

No período pré-crise econômica, a taxa de desocupação no Ceará era decrescente variando de 7,7% a 7,1% entre 2012 e 2014. Em 2015, a taxa salta para 8,7% e chegando a 12,3% em 2017. Em 2019, a taxa retrocedeu para 10,9%. Portanto, o Ceará experimentou um aumento de 3,2 p.p. na taxa de desocupação entre 2012 e 2019.

Vale salientar que o Ceará apresentou taxa de desocupação sempre menor que a média regional, a qual alcançou 14,1% em 2019. Em 2017 e 2019, o Ceará mostrou taxas de desocupação inferior à média nacional, a qual chegou a 11,7% no último ano da série.

O Gráfico 4.5 mostra a taxa de desocupação por faixas etárias. Claramente, percebe-se que a dinâmica deste indicador foi muito influenciada pela queda de absorção de jovens no mercado de trabalho cearense.

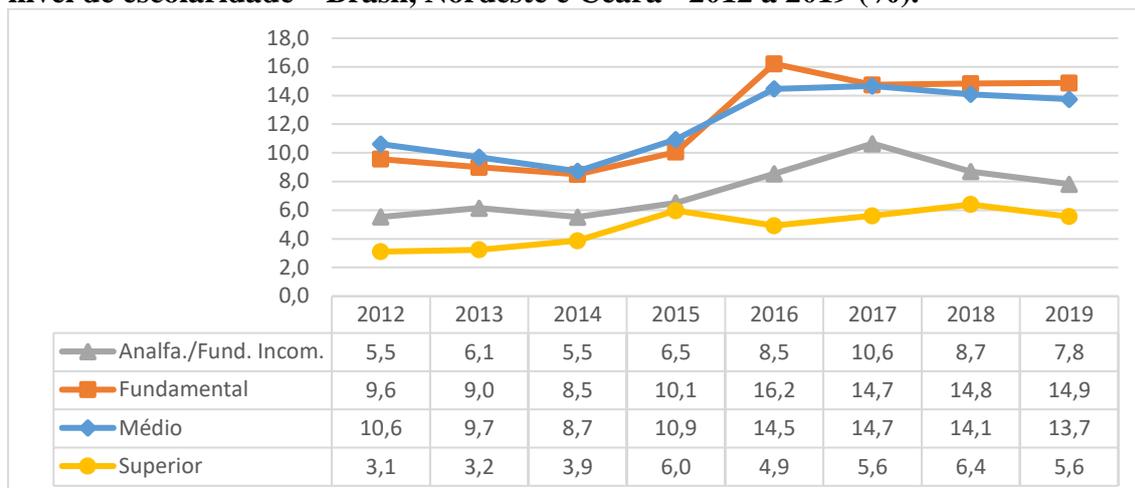
GRÁFICO 4.5: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade desocupada por faixa etária – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019 (%).

Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

Na faixa etária de 14 a 29 anos, a taxa de desocupação cresceu 8 p.p. saindo de 14,1% em 2012 para 22,1% em 2019. Na faixa etária de 30 a 59 anos, o aumento na taxa de desocupação foi de 2,2 p.p., saindo de 4,5% para 6,7% no mesmo período. A população de 60 anos ou mais de idade também experimentou aumento na taxa de desocupação, a qual variou de 0,7% a 2,2%.

No Gráfico 4.6, observa-se que a taxa de desocupação é sempre mais baixa entre a população com ensino superior. Para esse grupo populacional, a taxa de desocupação variou de 3,1% em 2012 a 5,6% em 2019. No período pós-crise econômica, o aumento da desocupação entre os mais escolarizados pode refletir uma maior espera por ofertas salariais maiores, uma vez que o salário de reserva de profissionais qualificados tende a ser mais elevado do que a média dos profissionais.

Por outro lado, os grupos populacionais com ensino fundamental completo e ensino médio completo foram os que mais sofreram com o desemprego no Ceará. Para a população com ensino médio, a taxa de desocupação cresceu 3,1 p.p., saindo de 10,6% para 13,7% entre 2012 e 2019. Para a população com ensino fundamental completo, a taxa de desocupação cresceu 5,3 p.p., saindo de 9,6% para 14,9% no mesmo período.

GRÁFICO 4.6: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade desocupada por nível de escolaridade – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019 (%).

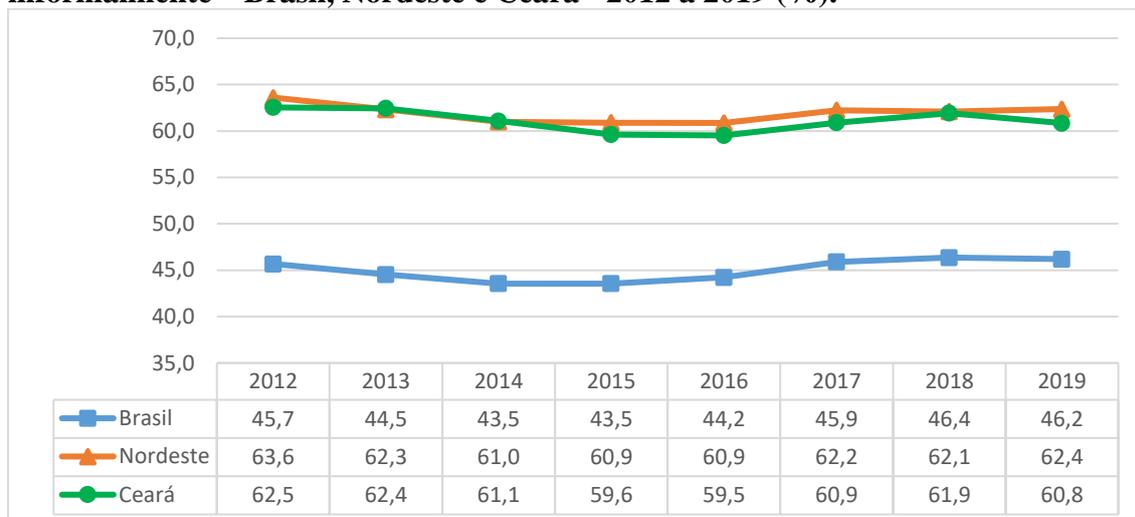
Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

Para a população menos escolarizada (isto é, analfabetos ou com fundamental incompleto), a taxa de desocupação também se mostrou crescente entre 2012 e 2017, saindo de 5,5% para 10,6% (ou seja, um aumento de 5,1 p.p.). No entanto, a taxa caiu para 7,8% em 2019. Vale salientar que a taxa de desocupação para a população menos escolarizada é menor do que a média para a população com ensino fundamental completo e ensino médio, em parte, devido ao alto grau de informalidade das ocupações do primeiro grupo. O grau de informalidade do mercado de trabalho cearense é tratado na próxima subseção.

4.3 Informalidade

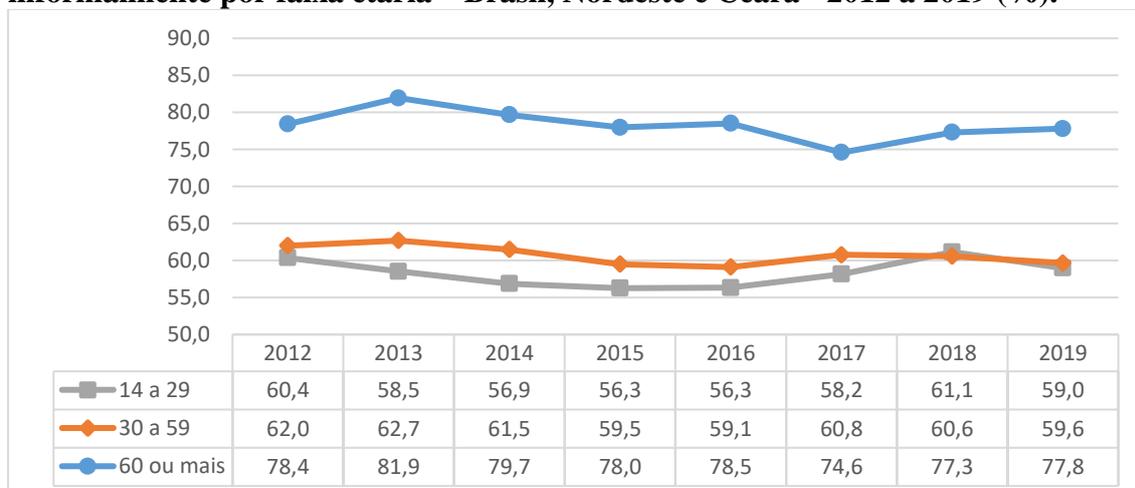
O grau de informalidade do mercado de trabalho é mensurado por meio da proporção da população ocupada de 14 anos ou mais de idade sem carteira assinada (empregados do setor privado e domésticos), os sem CNPJ (empregadores e por conta própria) e os sem remuneração (auxiliam em trabalhos para a família). Esse indicador reflete o grau de precarização do mercado de trabalho.

O Gráfico 4.6 mostra um movimento de queda da informalidade no mercado de trabalho cearense no período pré-crise econômica. Em 2012, 62,5% da população ocupada encontrava-se na informalidade. Esse indicador caiu para 59,5% em 2016, mas aumentou para 60,8% em 2019. O fato é que, neste último ano da série, mais da metade da população ocupada no Ceará encontrava-se no setor informal do mercado de trabalho, assim como observado para a região do Nordeste (62,4%). No Brasil, esse percentual chegou a 46,2% em 2019.

GRÁFICO 4.6: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada informalmente – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019 (%).

Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

No Gráfico 4.7, observa-se que o grau de informalidade das ocupações é substancialmente mais elevado para a população de 60 anos ou mais de idade no Ceará. Em 2013, esse indicador chegou a 81,9%, mas caiu para 77,8% em 2019. A população entre 30 e 59 anos de idade experimentou uma leve redução do grau de informalidade, cujo percentual variou de 62% para 59,6% entre 2012 e 2019. No entanto, a população jovem (14 a 29 anos) experimentou um crescimento da informalidade das ocupações, embora tenha havido uma tendência de redução no período pré-crise econômica. Para esse grupo demográfico, o indicador caiu 2,4 p.p., saindo de 60,4% para 59,6% entre 2012 e 2019.

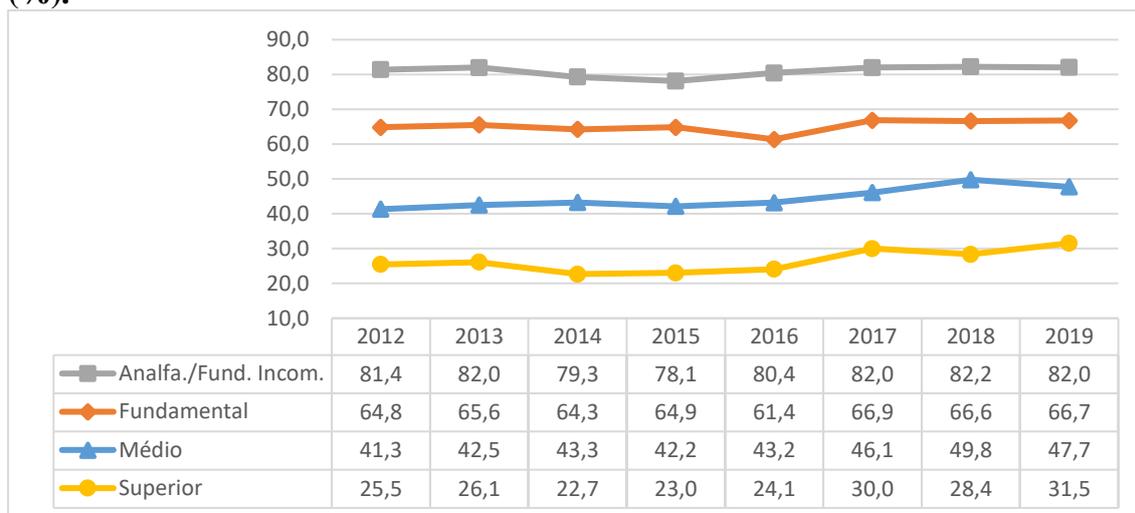
GRÁFICO 4.7: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada informalmente por faixa etária – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019 (%).

Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

No Gráfico 4.8, percebe-se que o percentual de ocupações informais é decrescente com o maior nível de escolaridade da população ocupada. Para a população analfabeta ou com ensino fundamental incompleto, esse percentual chegou a 82% em 2019. Para a população ocupada com ensino fundamental completo, esse percentual chegou a 66,7%. Para a população ocupada com ensino fundamental completo, esse percentual chegou a 66,7%. Para esses dois grupos populacionais, a informalidade pouco variou no período de análise.

Todavia, a população ocupada com ensino médio experimentou um crescimento de 6,4 p.p. na informalidade, cujo percentual saiu de 41,3% para 47,7% entre 2012 e 2019. A população com ensino superior também experimentou crescimento da informalidade. O percentual da população ocupada informalmente saltou de 25,5% para 31,5% entre 2012 e 2019. Esse último resultado mostra que o crescimento recente da informalidade no mercado de trabalho cearense no período pós-crise econômica tem sido influenciado especialmente pela população mais escolarizada.

GRÁFICO 4.8: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada informalmente por nível de escolaridade – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019 (%).



Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

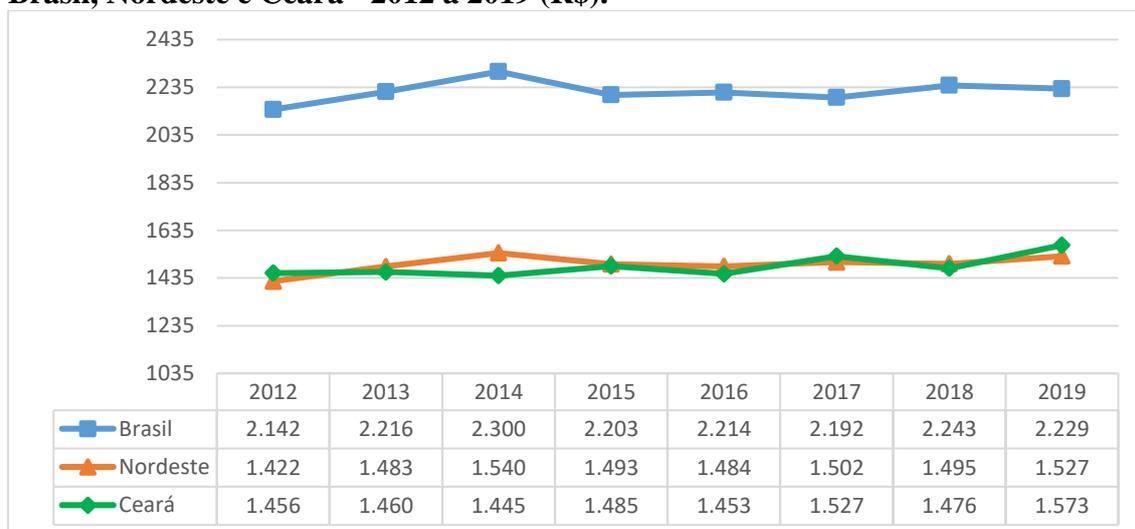
4.4 Rendimento do Trabalho Principal

Uma variável importante do mercado de trabalho é o rendimento obtido pela pessoa em seu trabalho principal. Essa variável reflete o preço da força de trabalho, assumindo uma jornada diária de 8 horas de trabalho. O Gráfico 4.9 mostra uma variação muito pequena no rendimento médio do trabalho da população cearense. Entre 2012 e 2019, houve um crescimento real de 8%, saindo de R\$ 1.456 para R\$ 1.573. No último ano da série, o rendimento médio do trabalho da população cearense está 3% acima da média regional (R\$ 1.527), e 42% abaixo da média nacional (R\$ 2.229). Essa diferença

de rendimento para a média nacional tem se mantido ao longo dos anos, apesar da redução do diferencial de escolaridade como mostrado na Seção 3.

Vale salientar também que o rendimento médio do trabalho no Ceará obteve ganho real mesmo com os efeitos da crise econômica no mercado e trabalho. A média nacional sofreu queda de 4,2% entre 2014 e 2015, interrompendo a tendência de crescimento do rendimento real. Da mesma forma, a região Nordeste também apresentou queda de 3% do rendimento real entre 2014 e 2015.

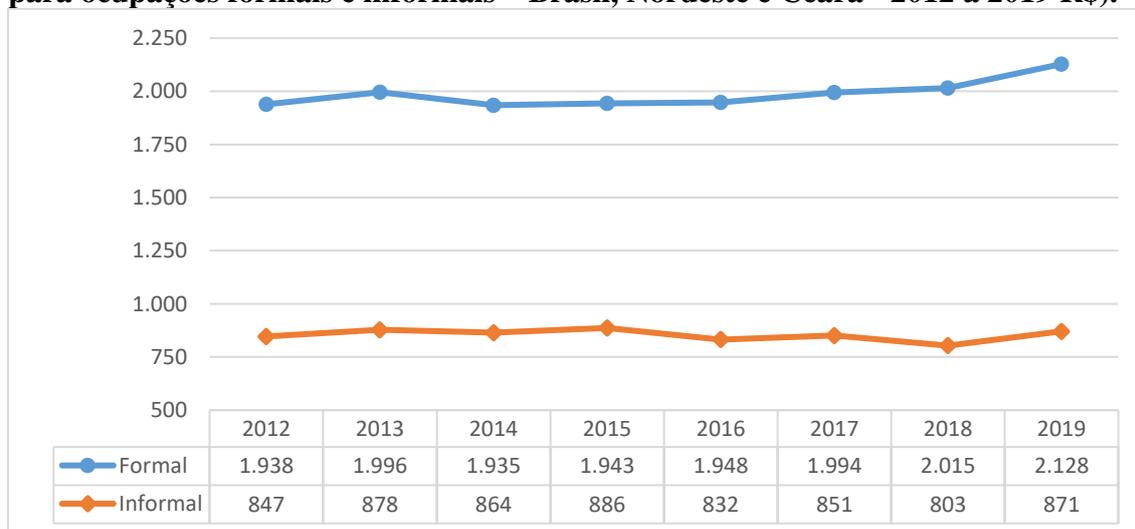
GRÁFICO 4.9: Rendimento médio mensal real e habitual do trabalho principal – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019 (R\$).



Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

O Gráfico 4.10 mostra o rendimento médio real para a população ocupada nos setores formais e informais do mercado de trabalho cearense.

GRÁFICO 4.10: Rendimento médio mensal real e habitual do trabalho principal para ocupações formais e informais – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019 R\$).



Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

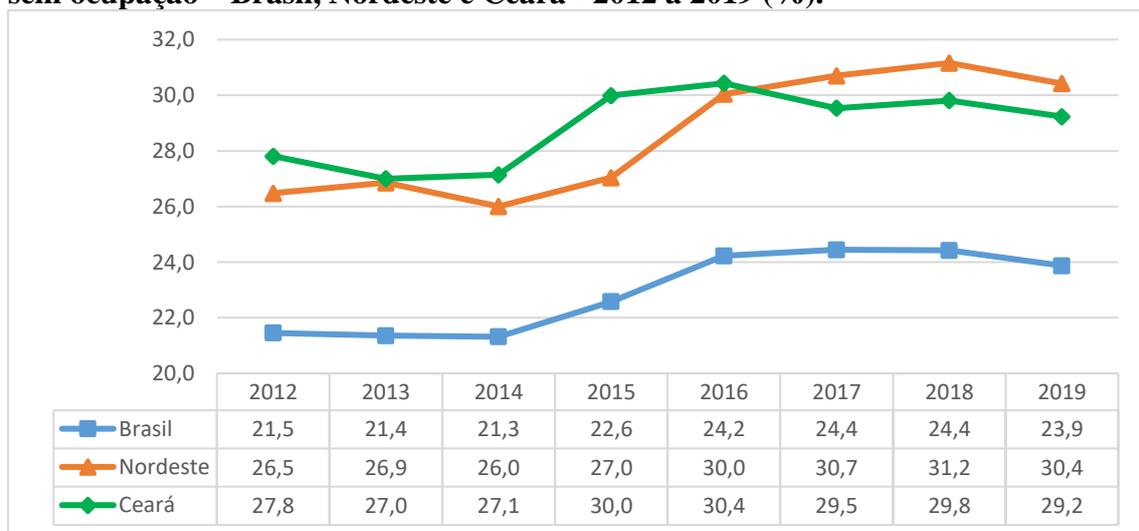
Em 2019, o rendimento médio no setor formal chegou a R\$ 2.128, enquanto no setor informal o rendimento médio está abaixo do salário mínimo, R\$ 871. O diferencial que era de 128% em 2012, passou a ser de 144% em 2019. O aumento do diferencial de rendimento entre esses dois setores é explicado especialmente pelo crescimento real do rendimento no setor formal relativo ao setor informal.

4.5 Jovens fora da Escola e sem Ocupação

Esta subseção é dedicada a apresentar o percentual de jovens de 15 a 29 anos que estão fora da escola e sem ocupação. Quanto maior o número de jovens nessa condição menor é a geração de riqueza de uma sociedade, e maiores serão os custos sociais associados a tal fenômeno. Vale salientar que o jovem fora da escola pode ter completado os estudos, seja a educação básica ou o ensino superior. Todavia, o fato de não ter um emprego implica dizer que seu capital humano não está gerando renda para si, bem como não está gerando riqueza para a sociedade.

O Gráfico 4.11 mostra o percentual de jovens que estão fora da escola e sem ocupação no período de 2012 a 2019. O Ceará apresentava um percentual de 27,8% de jovens nessa condição, saltando para 30,4% em 2016 durante a crise econômica. A baixa absorção dos jovens no mercado de trabalho levou muitos jovens a essa condição (ver Gráfico 4.5). Essa proporção caiu para 29,2% em 2019, mas abaixo da média regional (30,4%) e acima da média nacional (23,9%).

GRÁFICO 4.11: Proporção de jovens de 15 a 29 anos fora da escola/universidade e sem ocupação – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019 (%).

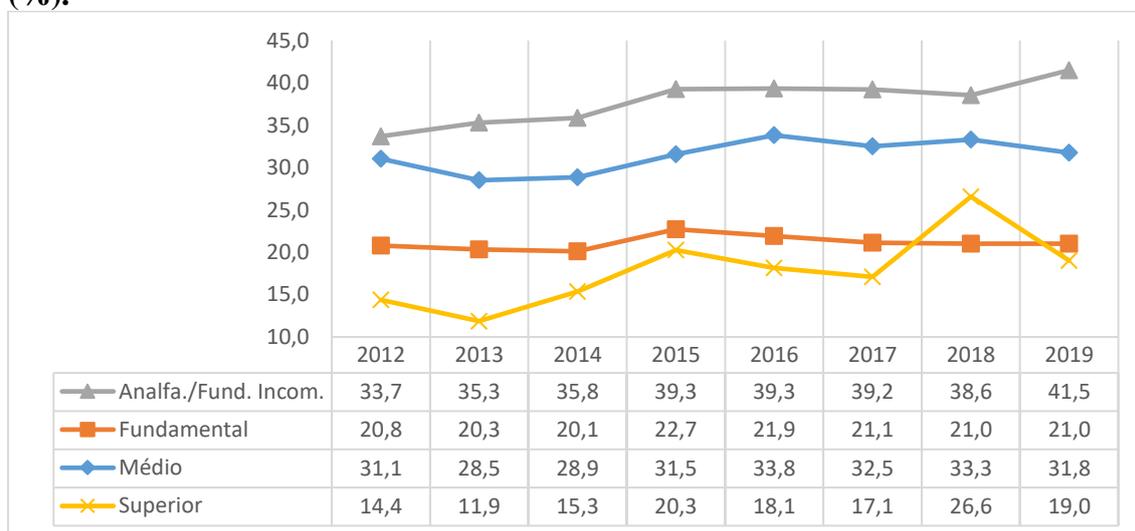


Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

No Gráfico 4.12, observa-se o percentual de jovens que estão fora da escola e sem ocupação por nível de escolaridade alcançada. Percebe-se claramente um aumento no indicador para jovens com ensino médio completo e superior completo. Entre jovens com ensino médio completo, o indicador alcançou os 31,8% em 2019, 0,7 p.p. acima do valor observado em 2012. Entre jovens com ensino superior, o percentual chegou a 19% em 2019, 4,6 p.p. acima da proporção observada no início da série.

Jovens com ensino fundamental completo experimentaram um leve aumento no percentual, saindo de 20,8% em 2012 para 21% em 2019. Já entre jovens analfabetos ou com fundamental incompleto, o percentual saiu de 33,7% em 2012 para 41,5% em 2019.

GRÁFICO 4.12: Proporção de jovens de 15 a 29 anos fora da escola/universidade e sem ocupação por nível de escolaridade – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019 (%).



Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

Portanto, a dinâmica econômica recente parece ter influenciado também a proporção de jovens que estão fora da escola e sem ocupação, mesmo entre aqueles mais escolarizados. A crise econômica vivida no país e no Ceará entre 2015 e 2016, tem se refletido nos indicadores de mercado de trabalho se estendendo no período pós-crise (2017-2019).

5. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA MONETÁRIA

O objetivo deste capítulo é analisar o comportamento dos indicadores de pobreza monetária e de desigualdade da distribuição do rendimento domiciliar per capita no período recente. Assim como em edições anteriores, a escolha dos indicadores levou em conta a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Agenda 2030¹², as linhas de pobreza adotadas pelo governo federal para inclusão de beneficiários no Bolsa Família, e pelo governo estadual para a definição do público-alvo dos projetos financiados pelo Fundo de Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

Os dados empregados são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) levada a campo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e compreende o período de 2012 a 2019. Considerando o tipo de informação necessária para a presente análise, foram empregados os microdados de divulgação anual referentes aos rendimentos de outras fontes, além dos rendimentos de trabalho (1ª e 5ª visitas).

Aqui, a análise do desempenho estadual também será realizada em comparação com os indicadores para a Região Nordeste e o Brasil. Além disso, considerando a divisão territorial permitida pela PNAD Contínua, os principais indicadores serão calculados também para o município da capital, a Região Metropolitana de Fortaleza (exceto a capital) e o interior do estado, onde as zonas urbana e rural serão analisadas separadamente.

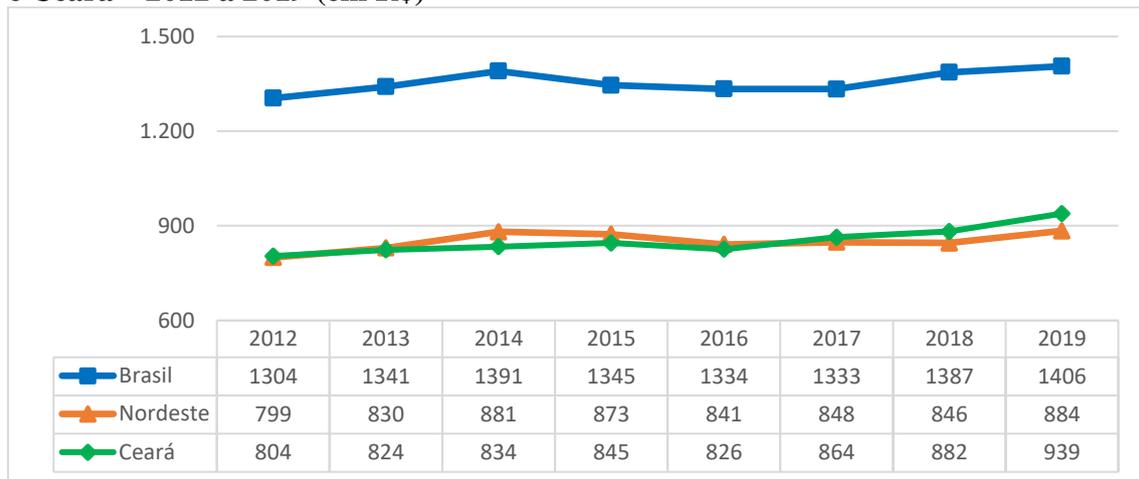
5.1. Rendimento domiciliar *per capita*

A medida de rendimento mensal domiciliar *per capita* médio é dado pela divisão do rendimento domiciliar de todas as fontes pelo número de moradores do domicílio, exclusive os daqueles cuja condição no domicílio fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Essa medida de renda é utilizada para o cálculo dos indicadores de pobreza e desigualdade analisados no presente capítulo.

¹² Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS trata-se de um apelo global a serem cumpridos até 2030, que reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, criados para erradicar a pobreza e proteger o meio ambiente, oferecendo mais qualidade de vida para as pessoas, sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.

O Gráfico 5.1, a seguir, mostra a evolução da medida de renda entre 2012 e 2019. Nele é possível identificar os efeitos de flutuações macroeconômicas no período, bem como se destaca a grande disparidade regional, dada pela comparação do nível de rendimento observado para o Ceará e a região Nordeste em relação aos valores médios observados para o Brasil.

GRÁFICO 5.1: Rendimento domiciliar per capita médio mensal¹ – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2019 (em R\$)



Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

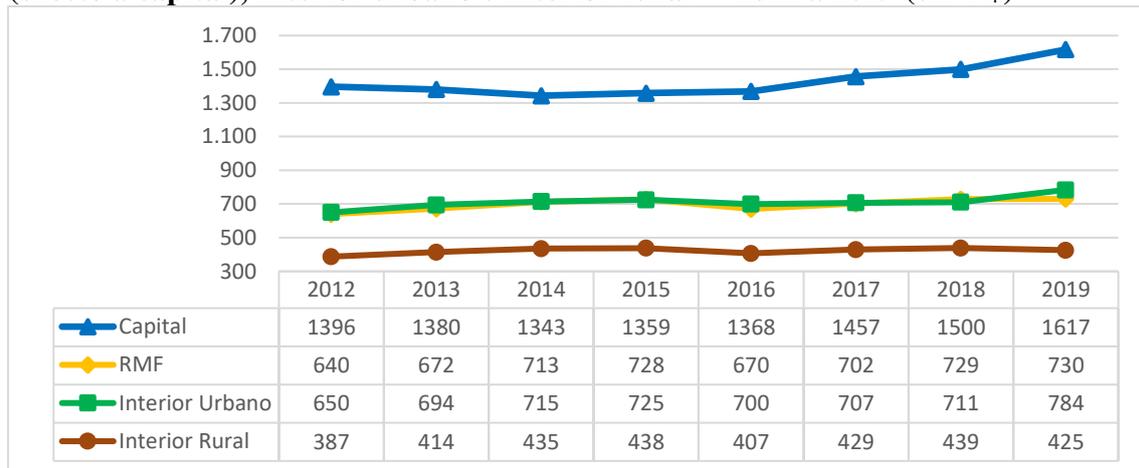
Nota: (1) Rendimentos deflacionados para reais médios de 2019.

Considerando todo o período, observa-se um crescimento relativamente discreto do rendimento domiciliar per *capita* médio. Considerando todo o período, ou seja, entre 2012 e 2019, o Ceará apresentou uma taxa de crescimento da renda média de 16,7%, crescimento superior ao observado para o Brasil, de 7,8%, e Nordeste, de 10,6%. O rendimento domiciliar per *capita* médio aumentou de um valor de R\$804 em 2012 para R\$939 em 2019. Neste interim é possível verificar o efeito da recessão de 2015 e 2016. No Brasil e no Nordeste, reduções de valores médios foram observadas em 2015. No Ceará, esse efeito de redução é observado em 2016, apresentando também uma recuperação mais rápida, comparada as demais dimensões geográficas, nos anos seguintes.

Considerando diferentes recortes geográficos, como apresenta o Gráfico 5.2, é possível destacar as disparidades de renda internas ao território cearense. Em 2019, o rendimento domiciliar per *capita* médio na capital cearense foi de R\$1.617; valor que chega a ser mais de 70% superior à média estadual de R\$939. Em áreas rurais o valor médio do rendimento domiciliar per *capita* foi de R\$425, menos da metade do valor médio estadual. No período considerado, rendimento domiciliar per *capita* médio na

capital cearense teve um crescimento de 15,8%, tendo crescido 7,8% apenas entre 2018 e 2019. Na RMF (excluindo o município da capital) esse crescimento foi de 14% entre 2012 e 2019. Destaca-se que o maior crescimento no período, ocorreu em áreas urbanas no interior do estado, com aumento no valor médio de 20,6%. Por fim, o rendimento médio em áreas rurais do interior, que já era o menor do território cearense, teve o menor crescimento no período, de 9,8% entre 2012 e 2019.

GRÁFICO 5.2: Rendimento domiciliar per capita médio mensal – Capital, RMF (exceto a capital), Interior urbano e Interior rural¹ – 2012 a 2019 (em R\$)

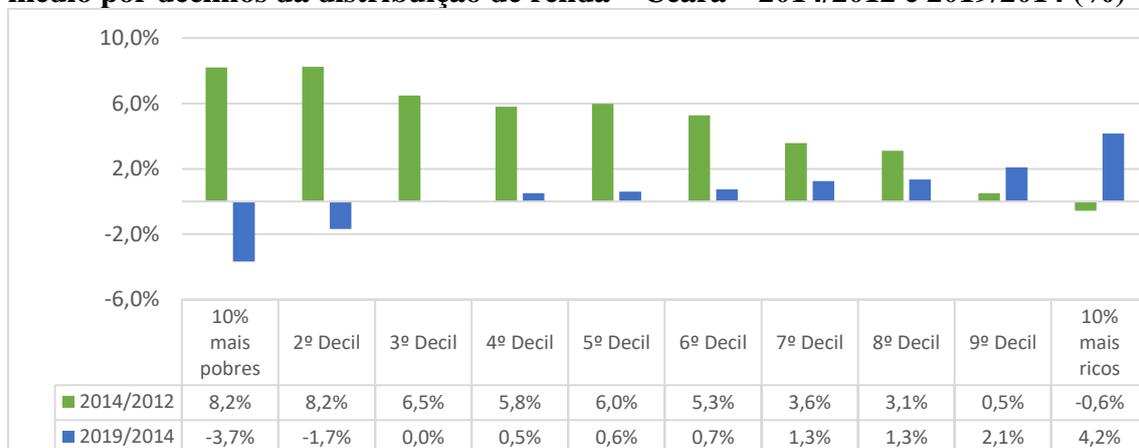


Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

Nota: (1) Rendimentos deflacionados para reais médios de 2019.

Apenas com as taxas de crescimento de renda apresentadora até aqui, não é possível compreender o comportamento da desigualdade no Estado. Para isso, é melhor analisar o comportamento da distribuição da renda em diferentes extratos. Nesse sentido, o Gráfico 5.3 mostra a taxa de crescimento da renda por décimos da distribuição de renda em diferentes subperíodos: 2012-2014 e 2014-2019.

GRÁFICO 5.3: Taxa de crescimento anual do rendimento domiciliar per capita médio por décimos da distribuição de renda – Ceará – 2014/2012 e 2019/2014 (%)



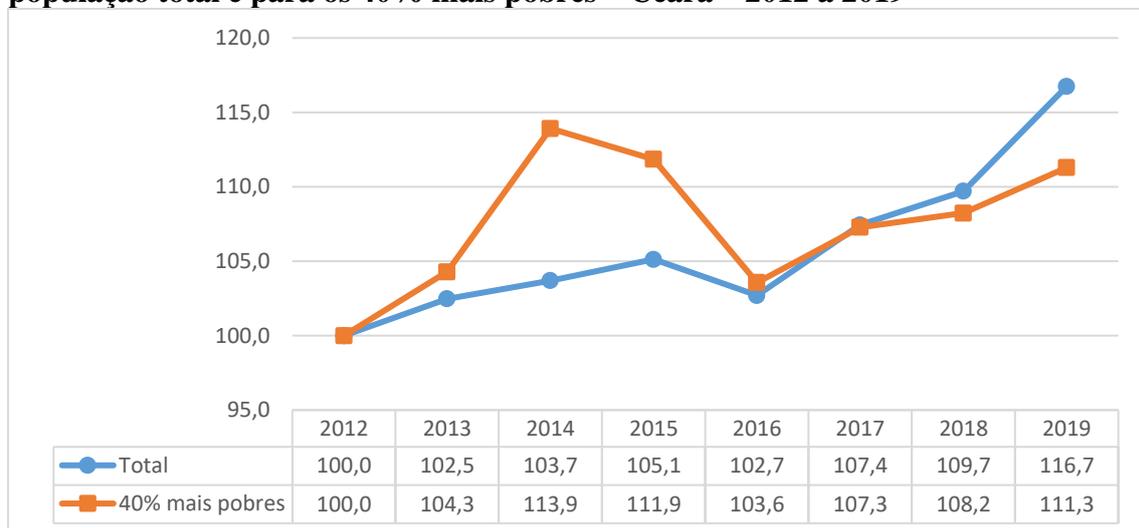
Fonte: PNADC/IBGE (2012, 2014 e 2019). Elaboração: IPECE.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2019.

Entre 2012 e 2014, durante o período pré-crise, se observou um crescimento mais forte da renda nos primeiros decis da distribuição, variação que decresce para patamares de renda maiores e chega a ser negativa entre os 10% mais ricos. Considerando variações do rendimento domiciliar *per capita* médio entre 2014 e 2019, observa-se uma forte mudança, com a variação negativa dois extratos de renda mais baixos e o maior crescimento sendo observado entre os extratos de maior renda. Neste subperíodo, de 2014 a 2019, a renda dos 10% mais ricos cresceu 4,2%, enquanto a renda dos mais pobres caiu 3,7%.

Alinhado com a estratégia proposta pela Agenda 2030, o Gráfico 5.4 apresenta o número índice do rendimento domiciliar *per capita* médio comparando, o crescimento do valor médio global e dos 40% mais pobres, com referência ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável N° 10 que estabelece um crescimento sustentável da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional. O Gráfico 5.4 apresenta que para os 40% mais pobres do Ceará, o rendimento cresceu a uma taxa maior do que para a média do Estado. Durante 2016 e 2017 essa diferença se reduz e nos anos seguintes, ocorre a inversão desse crescimento até 2019.

GRÁFICO 5.4: Número índice do rendimento domiciliar *per capita* médio para a população total e para os 40% mais pobres – Ceará – 2012 a 2019



Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2019.

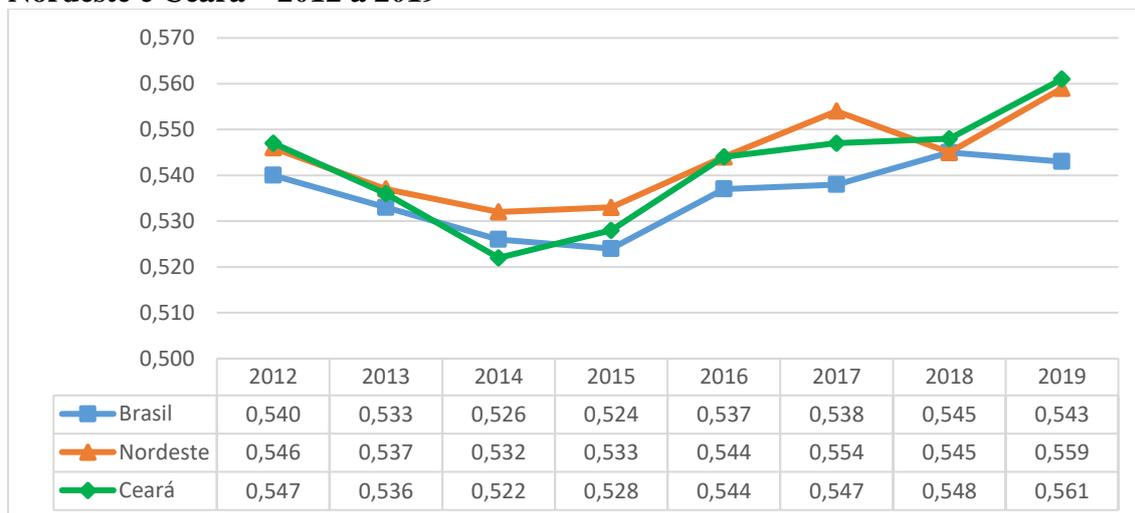
Os dados apresentados neste tópico, referentes à dinâmica do rendimento domiciliar *per capita* médio mostram dois momentos distintos na evolução recente destes indicadores. Até 2014 se observa o final de um período de redução de desigualdades, que teve fim com o período recessivo entre 2015 e 2016. A dinâmica de crescimento do

rendimento domiciliar *per capita* médio a partir destes anos apresenta evidências de crescimento da desigualdade de renda, com os extratos mais ricos apresentando ganhos de renda real enquanto os mais pobres sofrem com redução em sua renda.

5.2. Desigualdade de renda

Com uma redução até 2015, a desigualdade de renda mensurada pelo Índice de Gini volta a aumentar no Brasil entre 2016 e 2018, se mantendo em patamar ainda elevado em 2019. No Ceará, o Índice de Gini denuncia um crescimento da desigualdade de renda a partir de 2015 e segue uma tendência de crescimento até o último ano da série, em 2019. O comportamento deste indicador, calculado sobre o rendimento domiciliar *per capita* é apresentado no Gráfico 5.5 abaixo.

GRÁFICO 5.5: Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita mensal – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2019



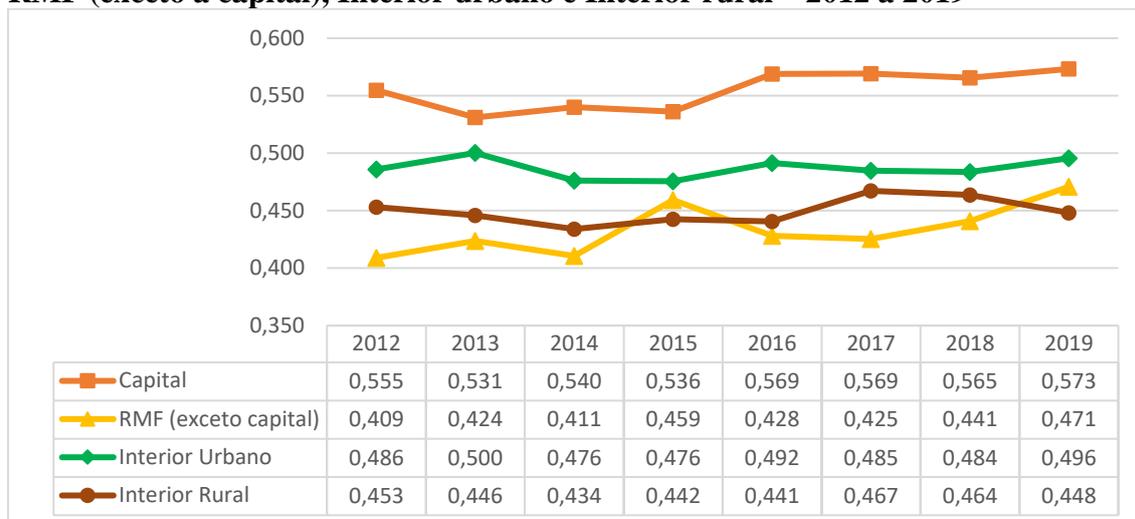
Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

A dinâmica do Índice de Gini no período entre 2012 e 2019 confirma as evidências apresentadas pelo movimento do valor médio do rendimento domiciliar *per capita* apresentadas anteriormente. Após os anos de 2015 e 2016, a renda real média dos mais pobres declinou enquanto a renda nos extratos mais altos apresentou crescimento.

Analisando o Índice de Gini para diferentes áreas geográficas do Ceará, observa-se um aumento da desigualdade de renda em quase todos eles, a única exceção se observa no para áreas rurais do interior cearense. O maior crescimento da desigualdade de renda foi observado na RMF (exceto capital), seguido pela capital e pelo interior urbano.

GRÁFICO 5.6: Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita mensal – Capital, RMF (exceto a capital), Interior urbano e Interior rural – 2012 a 2019

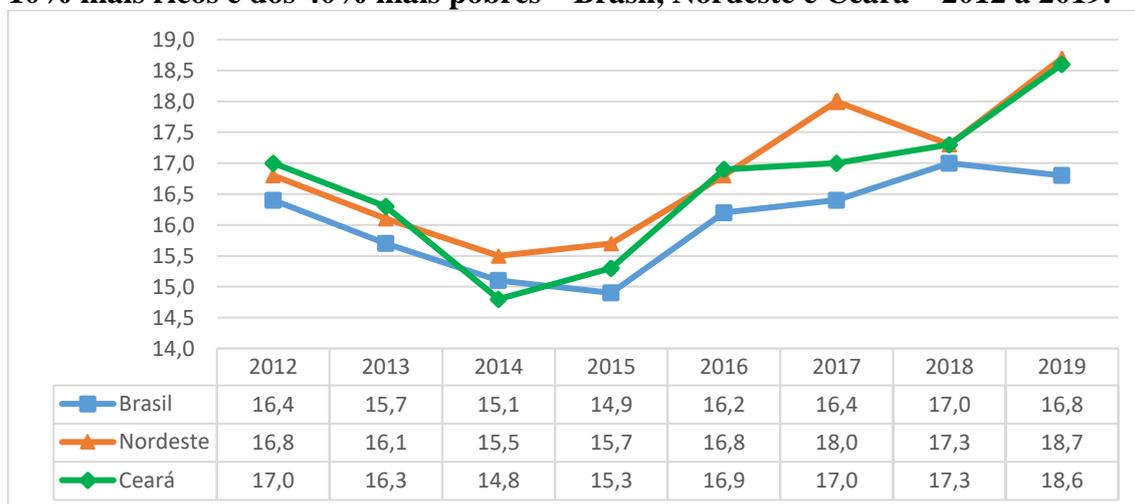


Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

Outra maneira de analisar o desenvolvimento da desigualdade é avaliar o que aconteceu nos extremos da distribuição de renda. O Gráfico 5.7 apresenta a razão entre o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população, razão 10/40, para o Ceará, o Brasil e o Nordeste.

GRÁFICO 5.7: Razão entre o rendimento médio mensal domiciliar per capita dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2019.



Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2019.

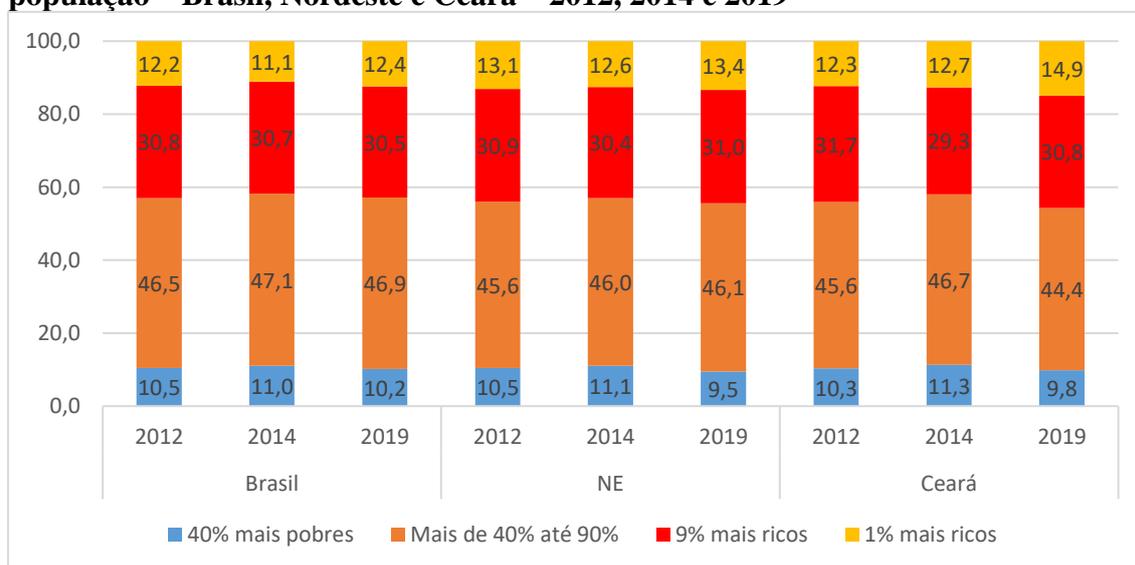
A razão entre o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população apresenta evolução semelhante ao índice de Gini. No Brasil em 2015, o rendimento médio dos 10% mais ricos chega a ser 15 vezes o valor do rendimento médio dos 40% mais pobres. Em 2019 essa razão 10/40 chega a

quase 17 vezes. Assim como na região Nordeste, a desigualdade de renda no Ceará é mais acentuada, mas teve o menor valor da razão 10/40 em 2014, com o valor de 14,8, e aumentou de forma acentuada até 2019, quando atingiu o valor de 18,6.

Outra ótica para verificar a desigualdade de renda entre ricos e pobres seria tabulando a proporção de renda acumulada por grupos de renda. O Gráfico 5.8 destaca os valores de renda acumulada por grupo de renda nos anos de 2012, 2014 e 2019. Os grupos são constituídos de forma a cobrir extratos com os 40% mais pobres, os extratos de pessoas entre 40º até 90º percentil da distribuição de renda, os 9% mais ricos e o 1% mais rico.

No Ceará, em 2019, a parcela populacional correspondente aos 40% mais pobres acumulava o equivalente a 9,8% da renda total, ao mesmo momento em que a parcela correspondente aos 1% mais ricos acumulava quase 15% da renda. Considerando as três dimensões geográficas, o padrão de distribuição é muito semelhante, apesar de o Ceará ser aquela que apresenta as maiores disparidades. Também vale destacar que, entre 2012 e 2019, a disparidade na distribuição de renda apenas aumentou.

GRÁFICO 5.8: Percentual da renda per capita total acumulada por estratos da população – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012, 2014 e 2019



Fonte: PNADC/IBGE (2012, 2014 e 2019). Elaboração: IPECE.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2019.

5.3. Pobreza monetária

Indicadores de pobreza monetária apresentam informações relevantes sobre o bem-estar uma população. Apesar de uma tendência crescente da literatura em enfatizar

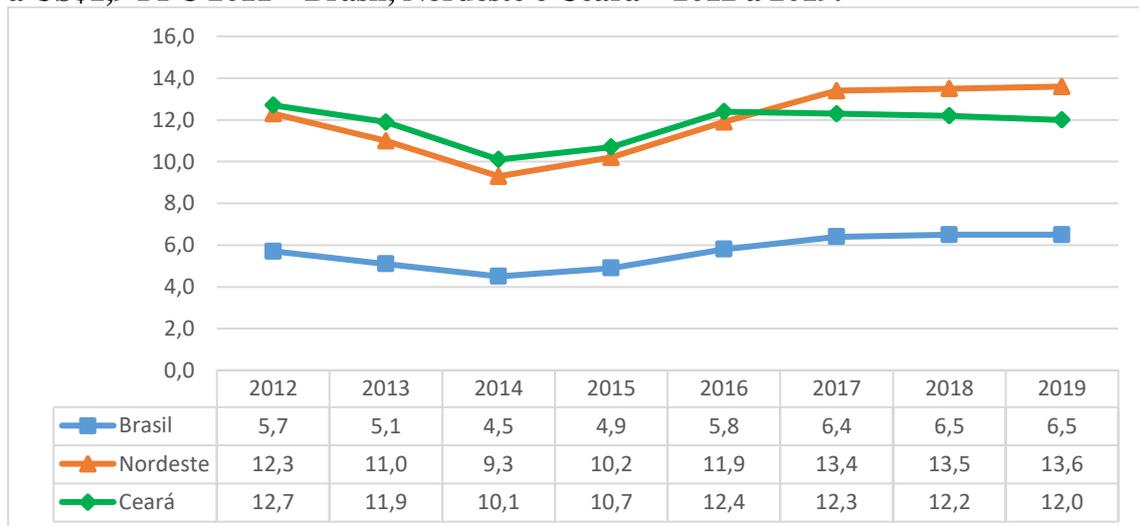
o caráter multidimensional da pobreza, destacando um conceito de privações em diversos aspectos, os indicadores de pobreza monetária ainda são bastante empregados.

Embora indicadores de pobreza monetária não capture todas as formas de privação, o conceito de pobreza como insuficiência de renda é extremamente relevante, uma vez que a renda é determinante para o acesso a diversos bens e serviços, e traduz de forma muito fiel a capacidade das famílias de atenderem às necessidades básicas de alimentação, moradia, transporte, e até mesmo, o acesso aos serviços de educação, saúde e saneamento.

O índice de pobreza monetária mede o percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a um valor específico, denominado linha de pobreza. Existem, no entanto, diversos critérios utilizados para a definição de linhas de pobreza.

Um dos critérios definidos pelo Banco Mundial estabelece uma linha de pobreza de US\$1,9 por dia *per capita*, em Paridade do Poder de Compra (PPC-2011). Fazendo as devidas conversões, em 2019 esse valor correspondia a aproximadamente R\$150 mensais, representando uma linha de extrema pobreza para os padrões de renda brasileiros. O Gráfico 5.9 apresenta o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza, de acordo com esse critério, e mostra que em 2019, 12% da população cearense estava vivendo em extrema pobreza, o que representava mais de 1,104 milhões de habitantes nessa condição.

GRÁFICO 5.9: Percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$1,9 PPC 2011 – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2019.



Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

Nota: (1) Rendimentos deflacionados para reais médios de 2019.

De 2012 a 2014, a série indica que percentual de pessoas em extrema pobreza, nas três dimensões geográficas consideradas (Brasil, Nordeste e Ceará). A redução de

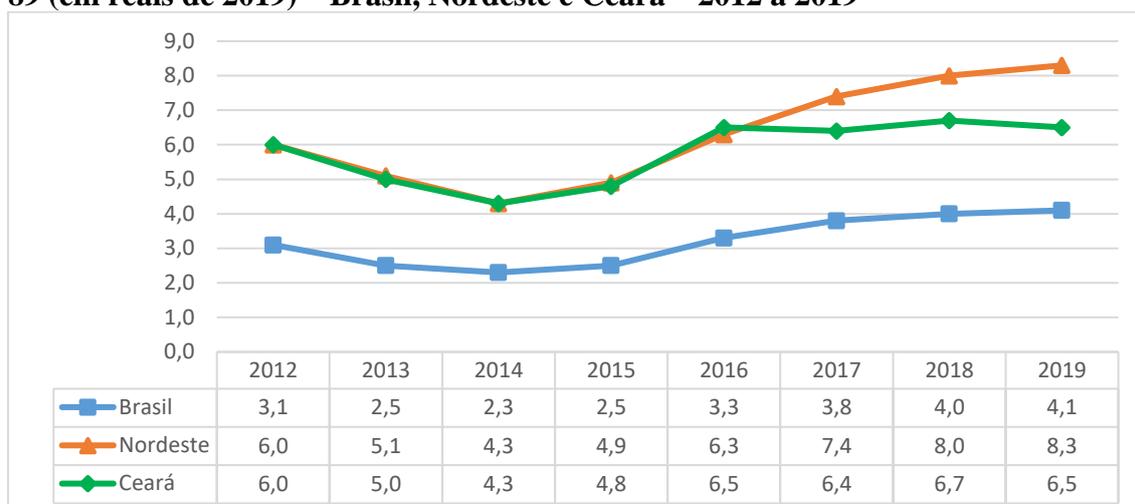
extrema pobreza nestes anos coincide com um longo período de redução de pobreza e extrema pobreza que teve início em meados dos anos de 1990 e se intensificou na década de 2000. Como destacado anteriormente neste texto, nos anos de 2015 e 2016, afetados pela recessão econômica, a tendência de redução sofre uma importante reversão.

A partir de 2017, o indicador de extrema pobreza no Ceará apresenta pequenas reduções, mas esse movimento não é observado para os dados em nível nacional e para a região Nordeste. Nestas duas dimensões a proporção de pessoas em extrema pobreza se manteve estável em patamares mais elevados do que no início da série em 2012. Em 2019, a extrema pobreza no Ceará indicava um patamar menor do que no início da série em 2012, quando 12,7% da população estava em condição de extrema pobreza.

Outro critério utilizado para estabelecer uma linha de extrema pobreza é o valor de corte do programa Bolsa Família para o recebimento do Benefício de Superação de Pobreza (BSP). Valor que a princípio foi criado para complementar a renda de famílias que tivesse um rendimento *per capita* inferior a R\$70 em reais de 2011, e tinha como referência a linha de pobreza internacional definida naquele ano. Com atualizações nos últimos anos, este valor de corte corresponde atualmente a R\$89 per capita, definido pelo Decreto N° 9.396, de 30 de maio de 2018.

Definindo como extremamente pobres as pessoas com renda familiar *per capita* inferior a R\$89 mensais, de acordo com a última atualização deste critério em 2018, o Gráfico 5.10 apresenta o percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$89 (em reais de 2019). Com esse objetivo, fixou a linha definida pelo último decreto e deflacionando os rendimentos dos anos anteriores através dos deflatores da PNAD Contínua, tornando a série mais suave, com variações menos intensas.

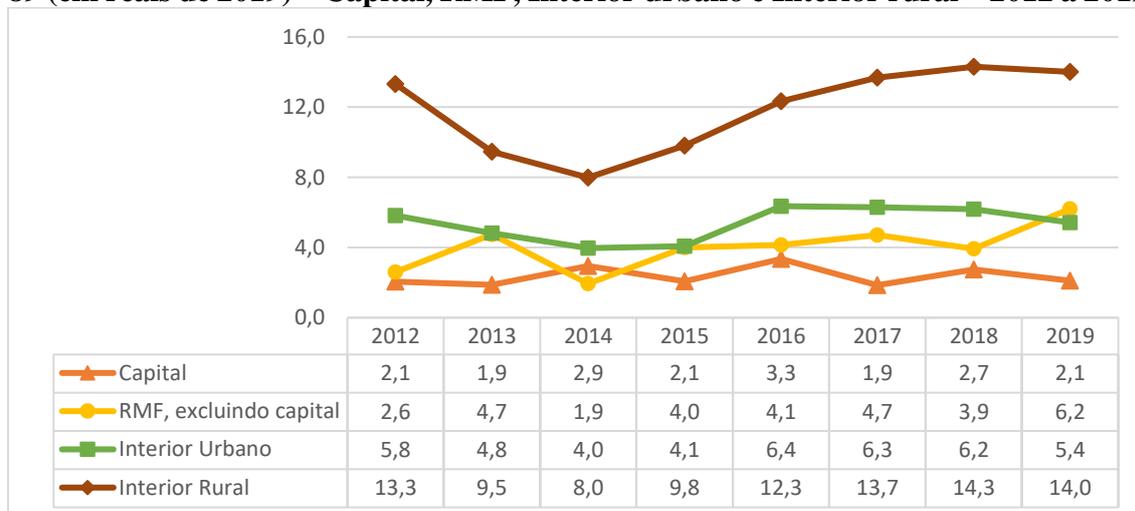
Apesar da linha de pobreza nacional e internacional serem definidas por valores diferentes, verifica-se uma semelhança no comportamento entre os índices. Depois de uma suave redução no início do período, houve um aumento de 2014 a 2016. A partir de 2017 a população cearense vivendo em situação de extrema pobreza se manteve praticamente estável, com pequenas flutuações, uma queda em 2017, crescimento em 2018 e nova queda em 2019, chegando a 6,5% da população.

GRÁFICO 5.10: Percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita até R\$ 89 (em reais de 2019) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2019

Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2019.

Considerando a mesma linha de extrema pobreza de R\$89 mensais, o Gráfico 5.11 apresenta a proporção de extremamente pobres em diferentes recortes para o território cearense. O crescimento da extrema pobreza, a partir de 2014, foi mais intenso no interior do estado, principalmente, na zona rural. Como o estado do Ceará passou por um período prolongado de seca entre os anos de 2012 e 2017, esse resultado não pode ser imposto exclusivamente à crise econômica. Mas é importante destacar também que, embora menos expressivo, houve crescimento da extrema pobreza em todas as demais regiões. Até mesmo na capital, onde não há uma tendência clara de crescimento, mas, ao invés disso, parece haver variações em torno de uma média constante ao longo do tempo.

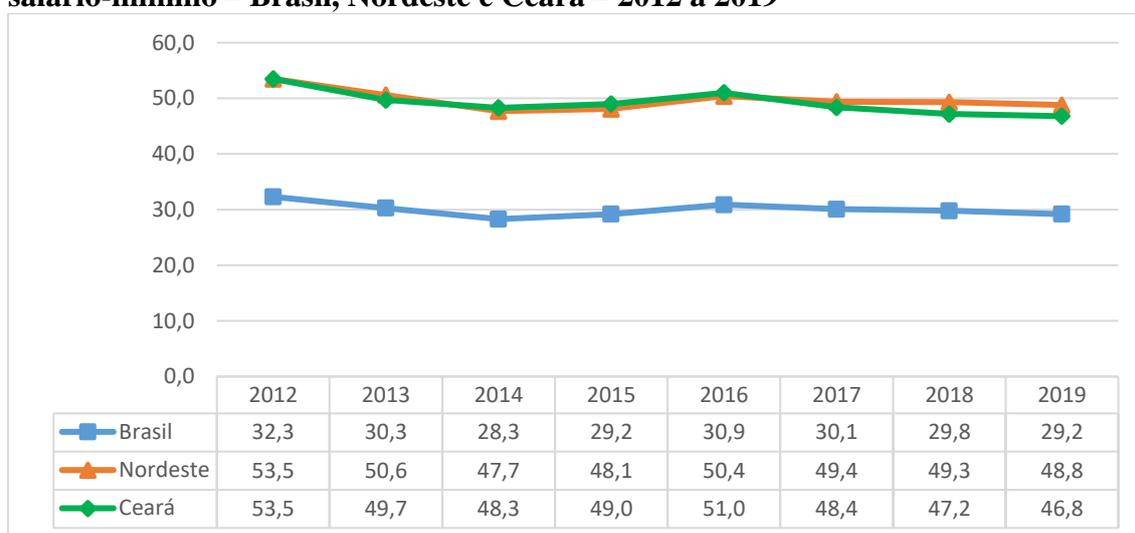
GRÁFICO 5.11: Percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita até R\$ 89 (em reais de 2019) – Capital, RMF, Interior urbano e Interior rural – 2012 a 2019

Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2019.

A fim de estabelecer um critério para a definição do público alvo dos projetos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, outro parâmetro foi criado para aferir a pobreza no estado corresponde a linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. O Gráfico 5.12 apresenta o percentual de pessoas em extrema pobreza com rendimento domiciliar *per capita* inferior a R\$499 (meio salário-mínimo de 2019). A utilização desse parâmetro dificulta a comparação entre períodos, já que o salário-mínimo foi corrigido por um índice superior a inflação durante anos. No mais, ele reflete mais as alterações no mercado de trabalho do que análises de políticas de redução da pobreza.

GRÁFICO 5.12: Percentual de pessoas com rendimento domiciliar inferior a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2019



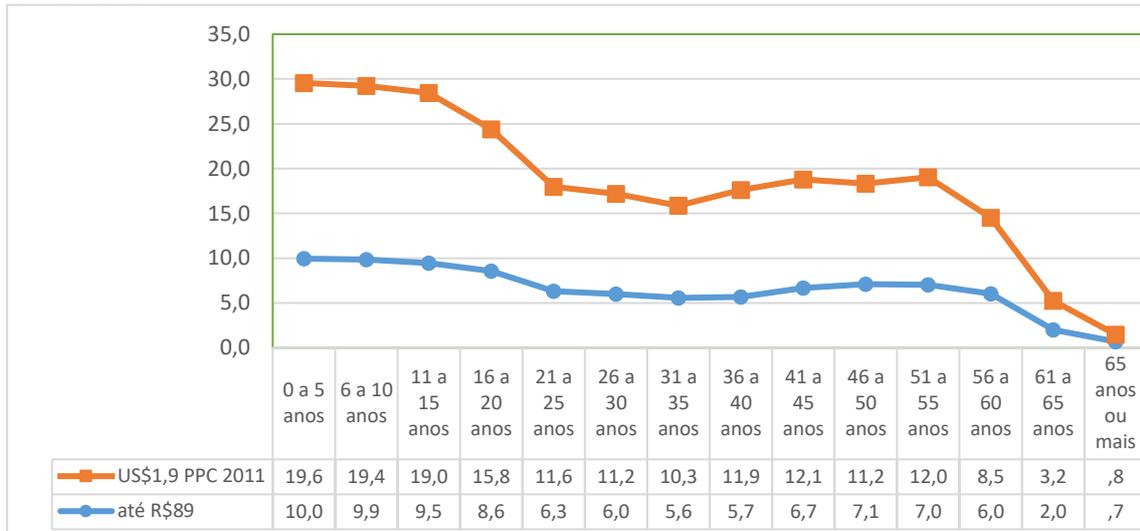
Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2019.

Por fim, uma relação entre indicadores de extrema pobreza por faixa etária é apresentada no Gráfico 5.13. Adotando as linhas de extrema pobreza de US\$1,9 por dia PPC (aproximadamente R\$150 mensais em valores equivalente em 2019) e de R\$89 por mês (critério dos programas sociais do Governo Federal), é possível verificar que a linha de pobreza de maior valor absoluto, definida pelo Banco Mundial, resulta em uma proporção maior de pessoas em situação de extrema pobreza.

Com relação a distribuição etária da população em extrema pobreza, tem-se de forma clara a maior incidência entre crianças e adolescentes. Essa informação não deixa dúvidas de que as crianças, nas faixas etárias iniciais, são as mais afetadas do que qualquer grupo populacional, independente do critério definido de linha de pobreza, o que torna este grupo prioritário nas estratégias de combate à pobreza no Ceará.

GRÁFICO 5.13: Percentual de pessoas em extrema pobreza por faixa etária – Ceará 2019



Fonte: PNADC/IBGE (2012, 2014 e 2019). Elaboração: IPECE.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2019.

ANEXO

TABELA 1: Taxas de crescimento do rendimento domiciliar per capita por décimos da distribuição de renda – Brasil, Nordeste, Ceará – 2012 a 2019.

BRASIL							
Período	2013/ 2012	2014/ 2013	2015/ 2014	2016/ 2015	2017/ 2016	2018/ 2017	2019/ 2018
10 % mais pobres	9,3	9,5	-5,4	-13,3	-7,8	-1,5	0,2
Mais de 10% a 20%	5,0	7,6	-2,9	-7,1	-1,2	1,1	1,1
Mais de 20% a 30%	5,2	6,1	-2,6	-4,9	-0,6	2,0	1,9
Mais de 30% a 40%	5,3	5,5	-2,3	-4,7	-0,3	2,2	2,7
Mais de 40% a 50%	4,6	5,8	-2,7	-3,8	0,2	2,7	2,5
Mais de 50% a 60%	4,2	3,4	-1,6	-2,1	0,9	2,5	2,3
Mais de 60% a 70%	3,7	4,3	-2,2	-3,0	0,7	2,8	2,5
Mais de 70% a 80%	3,2	4,3	-2,6	-1,7	-0,3	3,8	2,1
Mais de 80% a 90%	3,4	4,0	-3,1	-0,3	-0,7	3,8	0,8
10% mais ricos	1,2	2,4	-4,1	1,6	0,2	5,4	0,8

NORDESTE							
Período	2013/ 2012	2014/ 2013	2015/ 2014	2016/ 2015	2017/ 2016	2018/ 2017	2019/ 2018
10 % mais pobres	10,2	13,9	-7,8	-14,2	-14,6	-3,5	-3,9
Mais de 10% a 20%	7,5	11,5	-4,6	-9,6	-7,8	-0,4	-0,3
Mais de 20% a 30%	5,1	9,6	-2,3	-7,0	-3,2	1,1	0,4
Mais de 30% a 40%	5,4	8,6	-1,0	-7,1	-1,2	1,3	1,1
Mais de 40% a 50%	6,1	7,0	-1,1	-4,8	-0,1	1,2	1,8
Mais de 50% a 60%	6,5	6,8	-0,5	-5,2	-0,3	2,2	1,4
Mais de 60% a 70%	5,9	5,7	0,6	-4,7	0,0	2,8	1,0
Mais de 70% a 80%	5,4	3,6	0,9	-2,7	1,3	1,9	1,6
Mais de 80% a 90%	3,8	5,8	0,3	-5,0	0,9	4,3	2,5
10% mais ricos	1,8	5,8	-1,4	-1,8	2,4	-3,7	8,6

CEARÁ							
Período	2013/ 2012	2014/ 2013	2015/ 2014	2016/ 2015	2017/ 2016	2018/ 2017	2019/ 2018
10 % mais pobres	6,9	9,5	-5,3	-15,6	3,6	-1,5	1,8
Mais de 10% a 20%	3,0	13,8	-2,9	-10,5	3,3	0,4	1,9
Mais de 20% a 30%	3,3	9,8	-1,0	-6,0	2,7	2,3	2,3
Mais de 30% a 40%	5,1	6,5	-1,0	-5,0	4,5	0,6	3,8
Mais de 40% a 50%	8,8	3,2	-1,7	-3,4	3,6	2,3	2,5
Mais de 50% a 60%	7,9	2,7	-0,4	-4,4	3,3	3,6	2,0
Mais de 60% a 70%	5,6	1,6	0,8	-3,5	3,3	2,3	3,5
Mais de 70% a 80%	5,6	0,7	1,3	-3,6	3,7	2,0	3,6
Mais de 80% a 90%	1,3	-0,3	5,4	-7,8	7,5	2,0	4,0
10% mais ricos	-0,4	-0,7	1,7	2,1	4,1	2,7	10,4

Fonte: PNADC/IBGE (2012 a 2019). Elaboração: IPECE.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento é de suma importância para o Ceará. Não apenas como informativo para a população em geral, como também para formuladores de políticas públicas. As análises, aqui realizadas, dos principais indicadores sociais do estado do Ceará, e, principalmente, quando feita a comparação destes com a Região Nordeste e o Brasil, auxiliam a vislumbrar os desafios que ainda restam ser enfrentados pelo Estado, bem como as grandes conquistas que por ele já foram alcançadas.

Entre as áreas analisadas, demografia, condições de domicílios, educação, mercado de trabalho e pobreza e desigualdade, nota-se importantes avanços em todas estas. O Ceará apresentou 19 indicadores com melhor desempenho do que o Nordeste e um melhor do que o Nordeste e o Brasil, totalizando aproximadamente 77% dos 26 indicadores principais analisados. Como destaque dos indicadores que apontaram melhor desempenho do estado podemos citar a redução da população desocupada (-5,22), o aumento da renda domiciliar *per capita* (+6,46) e a redução do percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita de até R\$ 89 (-2,99).

Não obstante, o Ceará ainda enfrenta grandes desafios quanto à oferta de serviços básicos de saneamento. Quase metade dos domicílios cearenses estão descobertos pelo abastecimento de esgotamento sanitário, bem como 20% da mesma, ainda continua sem o devido fornecimento de água. Tal quadro representa um grande obstáculo para o alcance do Objetivo 3 de Desenvolvimento Sustentável: assegurar uma vida saudável para todos, bem como o seu bem-estar em todas as idades, e representa empecilho à redução da taxa de mortalidade infantil, cujo valor em 2019 foi de 12,8 por mil nascidos vivos.

Na área da educação, o estado do Ceará continua avançando, a escolaridade média da população adulta chegou a 8,1 anos de estudos e a taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos de idade já alcançou a universalização.

Apesar de apresentar patamares que superaram a Região Nordeste, em grande parte dos indicadores do mercado de trabalho do Ceará evidenciam uma dificuldade de absorção de mão de obra por parte do mercado. Isto ficou enfatizado pelo aumento, entre 2012 e 2019, da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho, mas classificada como força de trabalho potencial, correspondente a 17,7% em 2019, bem como a proporção da população considerada como desalentada, 12%. Além da grande proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada informalmente, 60,8%.

Ressalta-se ainda, que no período de tempo analisado, o país passou por uma grande desaceleração da economia que reverberou diretamente no mercado de trabalho e na pobreza, bem como a desigualdade, de todo o país.

Além do mercado de trabalho cearense, a desigualdade e a pobreza monetária também sofreram impactos provenientes da desaceleração econômica. São desafios sociais que precisam ser superados por parte do Estado, uma vez que os respectivos indicadores evidenciam um aumento da desigualdade de renda, bem como o aumento, em um período recente, da pobreza monetária. Mais especificamente, a queda da proporção da renda acumulada pelos 40% mais pobres (9,8% em 2019), nos últimos anos, apresenta grande contribuição para o aumento da desigualdade no Ceará. Cabe ainda a ênfase de que, conforme analisado neste documento, as faixas etárias iniciais de crianças são as mais afetadas pelo fenômeno de pobreza e desigualdade no estado. Assim sendo, o governo deve concentrar ainda mais os esforços já realizados, como é o caso do Programa Mais infância criado em agosto de 2015.

Por fim, uma vez vislumbrados os desafios a serem superados, cabe ao Estado dar continuidade às políticas públicas que têm gerado bons resultados e dar início a novas que visem a redução ainda maior das desigualdades e a criação de oportunidades, visando o desenvolvimento econômico e a maximização do bem-estar da população como um todo.